



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 491 - DE 25 DE JANEIRO A 6 DE FEVEREIRO DE 2015 - R\$ 3,00

Todo apoio às manifestações no Oriente Médio, África e Ásia contra a França imperialista



Afeganistão



Niger



Argélia



Tunísia

**A classe operária tem de responder aos
ataques dos capitalistas e seus governos
aos salários, empregos e direitos**



**Por uma plataforma de reivindicações
de defesa da vida dos explorados,
para erguer um movimento nacional
de luta unitária**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Governo burguês de Dilma (PT) ataca os explorados Responder com uma campanha nacional de luta

A decisão política do governo Dilma é a de descarregar a crise sobre os ombros da maioria oprimida. Seu ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem por objetivo principal obter um superávit primário de 1,2% do PIB. O que quer dizer economizar cerca de 66,3 bilhões de reais para pagar juros da dívida interna. O pacote de Levy consta de aumento de impostos e de tarifas que serão repassadas à população; de cortes de gastos na educação; de elevação das taxas de juros e de eliminação de direitos trabalhistas. O ataque ao seguro-desemprego atinge frontalmente grande parte dos assalariados, que são vítimas da rotatividade da mão-de-obra (46% dos trabalhadores são demitidos antes de completar seis meses de trabalho). O ataque ao auxílio doença e pensão por morte prejudica os mais pobres. Dilma também vetou a correção de 6,5% na tabela do imposto de renda para 2015. Corrigirá em 4,5%, portanto, abaixo da inflação. O que aumenta o número de assalariados que vão pagar o imposto de renda, confiscando parte de seus ganhos salariais. Esse pacote é apenas uma primeira etapa da ofensiva antioperária e antipopular. Estão no horizonte do governo novas medidas contra o salário mínimo e a previdência.

É claro que Joaquim Levy não poderia desfechar de uma só vez o golpe sobre as massas. Os porta-vozes da burguesia avaliam que o ajuste fiscal e monetário deve ser mais amplo e profundo. As consequências dessas ações já são conhecidas: recessão econômica e precarização das condições de vida da maioria. Essa via de enfrentamento da crise econômica assumida pelo governo do PT protege o capital financeiro, investidores, especuladores e todo tipo de parasita. Ao submeter a política econômica ao pagamento dos juros da dívida, o governo petista serve ao grande capital nacional e internacional.

A classe operária e a maioria explorada estão diante de uma encruzilhada: ou se levantam contra o governo burguês de Dilma, ou arcarão com o peso da crise. A traição que a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC acaba de fazer na greve da Volks e o encontro das Centrais sindicais com os ministros de Dilma indicam que as forças contrárias ao levante dos explorados começaram a se movimentar. A classe operária terá de romper essa camisa de força e passar por cima das direções sindicais governistas, pró-capitalistas e pró-imperialistas.

As massas acabaram de reeleger um governo atado aos

grandes capitalistas e as oligarquias; um governo metido a fundo na corrupção e comprometido com as quadrilhas que parasitam o Tesouro nacional. Não há outra via para os oprimidos a não ser rechaçar o governo burguês de Dilma e pôr em pé uma oposição revolucionária.

As massas não apenas estão diante de medidas que lhes são prejudiciais, mas também diante de uma situação de crise em que os capitalistas destroem maciçamente postos de trabalho. O desemprego na indústria avança rapidamente e acabará por atingir outras atividades econômicas. As demissões e o desemprego passam a ser o problema número um da família operária. É preciso, portanto, rechaçar a colaboração de classes da burocracia sindical e levantar as reivindicações genuínas dos explorados.

Por uma campanha nacional em defesa da vida das massas, dos salários, dos empregos, dos direitos trabalhistas, da saúde, educação e habitação. O Partido Operário Revolucionário convoca os trabalhadores e a

juventude a lutarem por:

1. Revogação de todas as medidas antioperárias e antipopulares. Abaixo as MPs 664 e 665!
2. Que os capitalistas arquem inteiramente com os impostos;
3. Um salário mínimo vital que corresponda de fato às necessidades integrais da família (salário mínimo



Levy e Dilma: medidas de ataques aos direitos trabalhistas e aos salários

vital de R\$ 4.597,57);

4. Estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Escala móvel das horas de trabalho;
5. Estatização de todo sistema de saúde e educação, constituindo um sistema único, público, gratuito, sob o controle da classe operária;
6. Estatização do transporte público, sem indenização. Implantação do passe livre para desempregados e estudantes;
7. Um plano de moradias constituído pelos sindicatos e movimentos populares, submetido à assembleia geral, a ser cumprido pelos governos;
8. Atendimento imediato das reivindicações dos camponeses e indígenas;
9. Cancelamento da dívida pública. Fim do pagamento dos juros e amortizações;

Sobre a base dessa plataforma de luta, a classe operária tem como constituir uma frente única da maioria explorada contra os exploradores nacionais e internacionais.

Fim da greve da Volks. Readmissão de 800 metalúrgicos. Uma vitória?

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC considerou o resultado do acordo com a montadora uma grande vitória. Estampou na Tribuna Metalúrgica: “Agora só alegria”. É claro que se não houvesse a greve, os 800 demitidos continuariam sem os empregos. Visto assim, foi uma vitória. Mas é preciso verificar o acordo em seu conjunto. Onze dias de greve passiva não seriam suficientes para quebrar a decisão da multinacional.

O sindicato recolocou para a assembleia, que suspendeu a greve, as mesmas medidas que foram rechaçadas pelos metalúrgicos em uma assembleia, no início de dezembro. Em resposta, a direção da Volks emitiu 800 cartas de demissão, assim que terminou as férias coletivas de janeiro. A assembleia de dezembro não aceitou o pacote que previa: 1) demissão de 2.100 por meio do PDV; 2) pagamento de um abono salarial em troca do congelamento dos salários de 2015-2016. Essas medidas violavam um acordo que previa reajuste salarial, aumento real e estabilidade no emprego até 2017. A montadora reconhecia o rompimento do acordo, justificando que a queda nas vendas exigia um ajuste que implicava congelar os salários e demitir. Como a assembleia vaiou a diretoria do sindicato e disse não ao ataque da multinacional, a diretoria da Volks decidiu demitir 800. O sindicato não teve outra saída a não ser convocar a greve para abrir negociação. A diretoria da Volks concordou em suspender as demissões desde que a assembleia aceitasse o pacote de dezembro. Para torná-lo palatável, se fizeram alguns reparos: 1) nenhum reajuste do salário em 2015 (congelamento); 2) reajuste salarial em 2016 – inflação mais 1%; 3) abertura do Plano de Demissão Voluntária; 4) “desligamento” dos terceirizados, de fato demissão.

Somente os burocratas de má fé e os tontos podem dizer que houve uma vitória. O que houve foi uma manobra calculada pela direção da Volks em demitir 800 e com isso impor a suas originais medidas. A direção do sindicato, por sua vez, se apoiou na manobra dos capitalistas para convencer os operários a aceitarem o ajuste apresentado em dezembro em troca da readmissão dos 800 companheiros. O jogo entre a multinacional e a burocracia sindical é descarado. Unidos impuseram à assembleia de 16 de janeiro a anulação da assembleia de 2 de dezembro. Agora, de mãos dadas poderão negociar às costas dos metalúrgicos as demissões que virão pelo PDV. Os terceirizados automaticamente perderam os empregos, com a farsa da “des-terceirização dos temporários”. E os salários de 2015 estão congelados e os de 2016, praticamente congelados. O abono salarial abre um precedente perigoso para os salários. A substituição do reajuste por um abono é uma medida que protege o explorador contra os explorados e ataca os direitos trabalhistas.

É necessário desmascarar a farsa da vitória e manter a posição da assembleia de dezembro que rejeitou as medidas da multinacional.

Combater a política de colaboração da burocracia sindical

O que acaba de ocorrer com a greve da Volks é apenas mais

um caso de colaboração da direção sindical com as multinacionais. A burocracia vinculada ao PT há muito se transformou em correia de transmissão dos interesses das montadoras e do governo em detrimento dos interesses da classe operária. Adaptou-se plenamente ao que se denominou flexibilização das relações trabalhistas, conceito promovido pelas multinacionais. Significa que os assalariados devem pagar pelas crises de superprodução e pela tendência a queda da taxa de lucro. O lugar da burocracia nas situações em que as empresas decidem fazer “ajustes” é o de negociar a flexibilização e de convencer os operários a se sujeitarem sem luta.

Os centros administrativos do grande capital criam mecanismos que destroem conquistas trabalhistas e protegem seus negócios. Eis algumas formas de flexibilização: 1) Programa de Demissão Voluntária (PDV); 2) layoff; 3) banco de horas; 4) terceirização; 5) PLR; 6) abono salarial. Parte deles destina-se às demissões em massa e à redução da jornada com redução de salário; outra parte serve para reduzir os salários e fraudar direitos previdenciários e 13º. A burocracia sindical se movimenta nesse universo criado pelas multinacionais. Os capitalistas as justificam como necessárias para manter a empresa funcionando e, assim, os empregos. Os burocratas justificam como o preço a ser pago pela classe operária para manter os empregos.

Os sindicatos sob essa direção se tornaram um instrumento da administração capitalista. Está aí por que as reivindicações mais elementares de defesa dos empregos foram abandonadas. A classe operária tem de constantemente se defender da exploração. Está obrigada, portanto, a ter reivindicações e medidas próprias opostas às dos exploradores. A burocracia do ABC armou uma fraude junto com a montadora em torno da estabilidade no emprego. Bastou uma avaliação econômica negativa para a multinacional rasgar o “acordo” de 2002 e impor demissões.

A luta pela estabilidade no emprego deve ser de todos os assalariados. E tem de combinar com a reivindicação de redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários. O mecanismo que não só protege os empregados como acaba com o desemprego é a escala móvel das horas de trabalho. Isso porque divide as horas despendidas na produção nacional entre todos aptos ao trabalho. Como se vê, são bem distintas as medidas que protegem o capital das medidas que protegem o trabalho. A burocracia considera arcaicas as reivindicações dos assalariados e modernas as impostas pelos capitalistas. Assim, dizem que é coisa do passado apostar no conflito entre capital e trabalho. Embora essa observação tenha sido dirigida por um diretor do sindicato a uma parcela da diretoria da Volks que segundo ele não queria aceitar a readmissão, o burocrata reivindicava para o sindicato a via da conciliação entre capital e trabalho.

Os capitalistas se valem da conciliação até o momento em que a classe operária se sujeita às ordens do capital. Bastou a rejeição das medidas negociadas entre a Volks e a burocracia pela assembleia de dezembro para que a multinacional

mostrasse seu poder, demitindo 800. Para restabelecer a colaboração, a direção do sindicato teve de usar as 800 demissões para reverter a decisão da assembleia de dezembro.

A colaboração de classe resulta da subserviência da direção sindical aos capitalistas. Os trabalhadores não estabelecem nenhuma colaboração. Sem uma direção revolucionária, acabam se sujeitando sob a pressão da burocracia e da empresa. É o que acabamos de assistir na greve da Volks.

Emprego não se negocia, defende-se com luta

As demissões na indústria vêm crescendo. A FIESP previu a eliminação de 100 mil de postos de trabalho em 2014, somente em São Paulo. De junho de 2013 a junho de 2014, a indústria paulista fechou 96 mil empregos. Nesse ano, sem dúvida, as demissões serão massivas. Não haverá crescimento econômico. O aperto fiscal iniciado por Joaquim Levy impulsiona as tendências recessivas. A direção do sindicato reconheceu que o PDV na Volks poderá atingir 3 mil metalúrgicos.

Não se pode, portanto, isolar o caso da Volks. A Mercedes-Benz vem demitindo. O mesmo ocorre na cadeia produtiva. É preciso uma resposta geral da classe operária. A burocracia evita convocar a assembleia unitária dos metalúrgicos. É parte da política de colaboração de classes manter a fragmentação dos operários. Está colocado para o destacamento mais avançado dos metalúrgicos do Abc a tarefa de romper a camisa de força da burocracia petista. É necessário responder à destruição dos postos de trabalho com a bandeira: *emprego não se negocia, defende-se com luta*.

Reunião das Centrais Sindicais com o governo

Burocracias sindicais propõem um caminho para a colaboração de classe

A reunião realizada pelo governo Dilma Rousseff e centrais sindicais, no dia 19 de janeiro, em São Paulo, objetivou estabelecer um canal de comunicação entre as partes. A burocracia sindical havia reclamado, no primeiro mandato de Dilma, que o governo havia interrompido a interlocução com as Centrais, que havia sido construído pelo governo Lula. Nas eleições, a CUT e a candidata à reeleição afirmaram um compromisso de “diálogo” sempre que houvesse medidas que atingem os trabalhadores. Dilma escolheu para a Secretaria Geral da Presidência Miguel Rosseto, da Democracia Socialista. Uma de suas tarefas é a de reconstituir a “a interlocução” com os movimentos sociais. A reunião com as centrais foi um primeiro gesto. Depois de baixar as Medidas Provisórias de ataque ao seguro-desemprego, pensão por morte e auxílio doença, Rosseto achou por bem dar uma satisfação à camarilha de burocratas sindicais. Repetiu as justificativas que já tinham sido amplamente divulgadas pela imprensa.

Em uma nota de avaliação da reunião, a CUT choramingou sobre o leite derramado e implorou a “construção de uma

Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos/ PSTU acoberta a traição da burocracia do ABC

O sindicato de SJC emitiu uma nota afirmando que o acordo foi “uma grande vitória”. Nas palavras de Luiz Carlos Prates, o Mancha, diretor do sindicato: *“acreditamos que a greve dos trabalhadores da Volks foi muito vitoriosa. Eles conquistaram a principal reivindicação, a reintegração dos demitidos. É mais uma prova da força que a luta dos trabalhadores têm para derrotar o governo e os patrões. Agora, precisamos unir todas as forças e seguir na luta para garantir a estabilidade no emprego”*. Na mesma nota, se relata o acordo que restabelece as medidas da montadora, rejeitadas pelos metalúrgicos na assembleia de dezembro. Não se condena a manobra da burocracia e da Volks, que objetivou impor o acordo de dezembro.

Ao desvincular a readmissão da aceitação das medidas de congelamento salarial e abertura de PDV, o sindicato dos metalúrgicos de SJC, a Conlutas e o PSTU, que os dirige, ocultam a traição da burocracia cutista/petista. Ocorre que a burocracia da esquerda centrista fez algo semelhante na General Motors de SJC, assinando um acordo de demissão e redução do piso salarial. A experiência vem mostrando que a Conlutas, que resultou da divisão da CUT, não constituiu uma direção revolucionária para os sindicatos. Fracassou terminantemente no choque com a multinacional norte-americana em SJC, cedendo a posições de flexibilização do trabalho.

A ilusão de que com a cisão da CUT se estaria abrindo caminho para um sindicalismo independente e revolucionário já não tem espaço. O apoio que acaba de ser dado ao acordo traidor assinado pela burocracia cutista não faz senão enterrar ainda mais a direção da Conlutas no pântano do sindicalismo de colaboração.

mesa permanente de negociação”. Diz: *“temos feito um exercício muito grande para estabelecer essa mesa, que foi, inclusive, discutida durante as eleições. Isso é fundamental para um Estado democrático que deseja avançar e ouvir os trabalhadores”*.

A burocracia serviu de instrumento para estatizar as centrais e respectivos sindicatos, transformando-os em correia de transmissão da política de Lula. Agora, com a crise tornou-se mais difícil aos burocratas esconderem da classe operária que a estatização dos sindicatos resulta em abandono de suas reivindicações e apoio à burguesia. Necessitam que o governo negocie suas medidas antioperárias e antipopulares com as Centrais, para que estas digam aos explorados que evitaram um ataque mais violento e que, assim, defenderam suas condições de vida. Não faz muito, colaboraram para a implantação da “desoneração da folha de pagamento”, subsídios e redução do IPI às multinacionais. Agora, baixaram a cabeça diante do decreto que golpeia o seguro-desemprego.

Na reunião, os ministros comunicaram que terão de fazer novas reformas da previdência. As Centrais se mostraram

incapazes de rechaçar as metas antioperárias. Tanto a CUT, quanto a Força Sindical reconhecem que “existem distorções que precisam ser corrigidas para garantir a sustentabilidade da Previdência. Os burocratas pediram, também, aos ministros que fossem revogadas as Medidas Provisórias sobre o seguro-desemprego, etc. A resposta foi que não havia tempo, porque deveriam ser aplicadas em 2016. As Centrais se contentaram com a marcação de uma nova reunião para 3 de fevereiro.

As Centrais convocaram o “Dia Nacional de Luta”, 28 de janeiro, e a “marcha da classe trabalhadora”, 26 de fevereiro. Segundo a CUT, trata-se de “empurrar para a esquerda, dar condição para a presidenta Dilma colocar em prática o discurso que fez quando ganhou as eleições...”. a bandeira será: “pelos direitos e contra a direita”. Como se pode ver, os burocratas farão as manifestações em apoio ao governo, que os ataca descaradamente. Apoio ao governo que colocou o ministro da Fazenda Joaquim Levy, um agente dos banqueiros. Em nome da defesa dos direitos dos trabalhadores, os burocratas traidores pretendem usar as manifestações para sustentar o governo em crise.

Oposição Revolucionária ao governo Dilma

A situação exige uma frente única sindical de defesa dos

empregos, salários, previdência e das condições de vida dos explorados. Ao contrário da convocação pela CUT de uma manifestação de apoio disfarçado ao governo Dilma, trata-se de levantar a bandeira de oposição revolucionária. A classe operária deve rejeitar a política de negociação das Centrais com o governo em torno de medidas antipopulares. Trata-se, ao contrário, de exigir a revogação de medidas como “desoneração da folha de pagamento”, seguro-desemprego, pensão por morte, etc. Trata-se de exigir a adoção da estabilidade no emprego e redução da jornada sem reduzir os salários. Trata-se de defender o salário mínimo vital de R\$ 4.597,57. Trata-se de rechaçar a reforma da previdência. Trata-se de exigir o sistema único, estatal e gratuito da saúde e da educação, sob o controle da classe operária. Trata-se de exigir o atendimento das reivindicações dos camponeses e dos indígenas. Essas são as bandeiras que unificam os explorados e a juventude oprimida.

Que o “Dia Nacional de Luta” não sirva para a burocracia colaborar com o governo antinacional e antipopular. Que não sirva para proteger os interesses dos capitalistas. Que seja o ponto de partida para constituir um movimento nacional organizado sobre a base das assembleias sindicais e populares.

Por um salário mínimo vital de R\$ 4.597,57

O governo Dilma Rousseff anunciou o valor do salário mínimo de R\$ 788,00. Seguiu o critério de reajuste, tomando por base os dois últimos anos do crescimento do PIB e a inflação. Como o PIB foi baixo, o reajuste foi de apenas R\$ 64,00. Embora pequeno, o ministro do Planejamento disse que as regras de correção do salário mínimo terão de ser alteradas. A chamada política de “valorização” do PT já caiu por terra.

O salário mínimo de R\$ 788,00, que é a única fonte de renda de milhões de assalariados e aposentados, é um acinte diante do aumento das tarifas, das passagens do transporte coletivo e da elevação geral do custo de vida.

O Dieese divulgou o “salário mínimo necessário” de R\$ 2.975,55, o mínimo “necessário” para uma família de 4 pessoas. O que equivale a quase 4 vezes o valor estipulado pelo governo.

O POR, por sua vez, faz a campanha pelo salário mínimo vital. Rechaça o salário de fome de Dilma e considera que o valor do Dieese é insuficiente. Refez os cálculos, utilizando a tabela do governo, o valor da cesta básica multiplicado por três (dois adultos e duas crianças, equivalendo a um adulto) e estabeleceu o custo do aluguel de uma casa de 4 cômodos, o valor de 4 passagens de transporte público por dia, gastos com saúde, educação, vestuário e calçados e outras despesas mensais. O que resultou no valor de R\$ 4.597,57. Esse cálculo servirá para a defesa do salário mínimo vital.

Vejamos os dados:

Tabela (parcial) de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399 (de 1938)

Alimentos	para 1 adulto	para a família
Carne	6 quilos	18 quilos
Leite	15 litros	45 litros
Feijão	4,5 quilos	13,5 quilos
Arroz	3 quilos	9 quilos
Farinha	1,5 quilo	4,5 quilos
Batata	6 quilos	18 quilos
Legumes	9 quilos	27 quilos
Pão francês	6 quilos	18 quilos
Café em pó	600 gramas	1,8 quilo
Frutas	90 unidades	270 unidades
Açúcar	3 quilos	9 quilos
Óleo	1, 5 lata	4,5 latas
Manteiga	900 gramas	2,7 quilos

O custo da cesta-básica de 354,19, multiplicado por 3, totaliza a 1062,57.

Nossos cálculos de gastos mensais para uma família

Alimentação	1062,57
Habitação	1500,00
Transporte	420,00
Saúde	300,00
Educação	350,00
Artigos de residência (materiais de limpeza, consertos)	200,00
Vestuário, calçado e artigos de higiene pessoal	450,00
Despesas gerais (telefone, lazer)	150,00
Gás	55,00
Água	50,00
Luz	60,00
Total =	4.597,57

O fundamental está em que a classe operária, por meio de assembleias, faça os cálculos do salário mínimo, para que esse valor passe a ser o piso necessário para todo o trabalhador e aposentado. O POR tem como bandeira a luta pelo salário mínimo vital, como única forma de proteger a vida dos explorados. Os nossos cálculos se baseiam não no que os capitalistas podem conceder, mas sim nas reais necessidades da família operária.

Dilma sanciona novo salário de R\$ 33,7 mil para ministros do STF:

PT assegura privilégios para a burocracia estatal enquanto trabalhadores recebam salário mínimo de miséria (R\$ 788,00)

Dilma Rousseff/PT sancionou dia 12/01 a lei nº 13.091 que eleva o subsídio dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) em 14,6%. Eles passam dos atuais R\$ 29,4 mil para R\$ 33.763,00. O mesmo já havia sucedido com deputados federais e senadores que auto reajustaram seus salários para este mesmo valor e o da presidente, vice-presidente e seus ministros de estado para R\$ 30.900,00. Os parlamentares que antes recebiam R\$ 26.723,00 tiveram ganho de 26%. Bem acima da inflação (6,5%) e do salário mínimo (8,8%).

O estado capitalista não pode existir sem corrupção e sem privilégios para a burocracia de estado (procuradores, juízes, etc.). O ganho real dos corruptos parlamentares em Brasília, dos ministros vendidos do STF e cargos executivos vai muito além do seu salário e inclui passagens, apartamentos, diárias, verbas de gabinete etc. Os explorados, incluindo os aposentados, são condenados a viver da esmola do salário mínimo. Os altos salários dos parlamentares não constituem, em si, um

mecanismo de exploração, menos ainda o da exploração capitalista. Há parlamentares para quem os R\$ 33 mil são um pequeno trocado diante de seus lucros fabulosos que obtêm na qualidade de empresários e burgueses. Porém trata-se de uma regalia, de um privilégio que insulta o trabalhador pobre, o jovem desempregado e o camponês semi-indigente que mal tem o que comer. Por isso, é um dever dos revolucionários denunciar a vida fácil deste serviços e pilantras da política burguesa. O POR se contrapõe ao aumento de subsídios. Defende o fim dos de todos os privilégios e que nenhum parlamentar receba mais que o que merece receber um operário qualificado: um salário vital. Isto é, um salário que assegure a existência digna de uma família de 4 pessoas, em nosso cálculos R\$ 4.597,57.

Abaixo o super salário dos Parlamentares, STF e Ministros!

Acabemos com o capitalismo para destruir os privilégios de classe da burguesia e de seus serviços no comando do Estado!

Ceará:

Governador eleito Camilo Santana (PT) assume e monta gabinete para cortar gastos e golpear os trabalhadores

Camilo Santana tomou posse como novo governador do Ceará. É o primeiro petista a governar o estado. Camilo venceu, por pequena margem, Eunício Oliveira (PMDB), à frente de uma ampla coligação de vinte partidos. O nome de Camilo Santana não fora escolhido pelo PT, mas pelo então Governador Cid Gomes para sucedê-lo. A vitória eleitoral deveu-se, sobretudo, a muito dinheiro e à pesada máquina governamental. O PT, aliado do governo, submeteu-se a todo o processo. Camilo não pertencia aos quadros históricos do partido. Fez carreira como deputado, licenciado depois para assumir a pasta do Desenvolvimento Agrário de Cid Gomes. Durante as eleições, o POR denunciou que Camilo era homem de confiança de Cid e não da direção petista. Que uma vez eleito, governaria segundo as diretrizes dos Ferreira Gomes e não do reformismo. Mal passara a vitória e Camilo já se atraitara com o PT estadual (José Guimarães e De Assis Diniz) ao nomear uma comissão de transição comandada pelo PROS e sem petistas. Ao anunciar o secretariado em 29 de dezembro, estabeleceu quatro secretarias para o PT (Desenvolvimento Agrário, Meio ambiente Cultura e Controladoria/Ouvidoria) e as principais pôs nas mãos do PROS: Educação, Saúde, Fazenda, Planejamento, Drogas, Relações Institucionais, Casa Civil e Militar. PC do B, PSD e PRB ficaram ainda com uma pasta cada. Depois disso, será possível ainda duvidar que o governo Camilo Santana esteja sob o controle de Cid, Ciro e do Pros?

Que será e o que fará o novo governo

O governo de Camilo, como o de seus predecessores é burguês, portanto inimigo. Seu objetivo é assegurar as melhores condições para o fortalecimento da propriedade privada e o prosseguimento dos bons negócios capitalistas. Dará sequência ao projeto antes aplicado por Cid Gomes. Os explorados continuarão na lama. Nas condições de crise internacional e desaceleração econômica no país, porém, atacará, sem pestanejar, as condições de vida das massas. Esse

prognóstico porista do período eleitoral veio confirmar-se mais cedo do que tarde. Em sua primeira reunião, com o novo secretariado, anunciou um contingenciamento de 25% em todas as secretarias. A saúde, a educação e a segurança perderão por sua vez, 20%! A ordem é passar a tesoura. Os críticos jornalísticos objetaram a medida: mas Cid não se vangloriava de ter saneado as finanças e enxugado a máquina, e por isso mesmo apresentava-se como campeão dos investimentos estatais? Como pode de uma hora para outra, o estado se ver em apuros? Camilo tem dito que há boas reservas, mas que seu esforço financeiro está voltado a assegurar dinheiro para socorrer o interior castigado com a seca. Não é inverossímil o problema da seca. Este ano, como no anterior, as previsões meteorológicas são as piores possíveis. Todavia, a promessa de esforço fiscal para ajudar os atingidos pela seca é pura demagogia. Os pobres do campo, provavelmente, não verão um centavo sequer desse dinheiro. Afinal, como o governo pode amenizar os efeitos calamitosos da seca cortando 25% em pastas como desenvolvimento agrário, infraestrutura e trabalho e desenvolvimento social? Na verdade ele tem outros planos. Camilo sabe que a crise vindoura apenas se inicia, por isso prepara-se para o pior. Esse é o sentido do corte nas secretarias. A atividade industrial no Ceará vem recuando desde agosto. É preciso dinheiro; mas não para custear a máquina pública que hoje já o tem e sim para salvar o empresariado em situação difícil. Manter projetos, contratos e investimentos é imprescindível. Sobre quem recairá o sacrifício do esforço fiscal nem é preciso dizer.

Chamamos a juventude pobre, o proletariado urbano e os trabalhadores agrícolas a não confiarem no governo. A se colocarem como oposição revolucionária e a exigirem ante suas direções sindicais burocratizadas, atreladas ao novo governo, a independência de classe dos oprimidos. Apenas por esse caminho seremos capazes de defender nossos direitos e resistir contra os ataques que virão.

Rondônia

Governo de Rondônia inicia seu segundo mandato aplicando medidas de austeridade

O governo Confúcio inicia o segundo mandato impondo medidas de austeridade na contenção de gastos. São medidas que partem dos países imperialistas e que a presidenta Dilma/PT, acata e impõe sobre o país. Os governos subservientes cumprem o “dever de casa”. Assim, Confúcio, fiel aliado do PT, assume de imediato as medidas de corte, como o anunciado: a meta de redução de pelo menos R\$ 150 milhões dos R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Estado. Segundo ele: “A meta é reduzir em no mínimo 20% o teto das despesas do ano passado”. Isso é a expressão da crise econômica que não deu trégua e, ao se aprofundar, levará os governos a despejarem os seus efeitos sobre os trabalhadores e os explorados em geral.

O governador ainda ressaltou demagogicamente que “as medidas do estado de Rondônia segue o exemplo de outros Estados e da União por considerar que este é um ano de alerta ou de cuidados para sair das restrições e turbulências mundiais, e busca de maior responsabilidade na gestão fiscal e de equilíbrio das contas públicas, com vistas a assegurar a continuidade dos atendimentos à população”. E finalizou: “Vamos economizar tudo que não é essencial, como diárias com viagens para eventos com ônus para o Estado, telefone, água, luz e combustível”. Sabemos que todo esse corte só serve para fazer demagogia, pois quando se trata do parasitismo do Estado, mantém-se o que interessa aos capitalistas e corta-se o essencial, em geral, o emprego e o salário do funcionalismo.

Como prova disso, os policiais civis já ameaçam entrar em greve caso o governo não cumpra acordos firmados com a categoria. Os mais de 2.500 policiais civis do estado afirmaram que farão greve nos próximos meses se o governo não cumprir o acordado em junho de 2013, cujo prazo extin-

guia-se em dezembro de 2014.

Era já de se esperar que, pelos efeitos da crise, os governos e a burguesia despejassem mais fortemente sobre os ombros dos trabalhadores e dos demais explorados, o peso da crise. Os servidores públicos devem entender que mais ataques estão por vir nesse governo. Como a tendência é aprofundar a crise, cresce o arrocho salarial, eleva-se os impostos, aumenta-se o custo de vida, e destroem-se serviços sociais (previdência, saúde, educação). O desemprego com fechamento de postos de trabalho, e o subemprego aprofundam a miséria, agudizando a barbárie social no estado.

Governo nenhum nos livrará desses males, ao contrário, serão agentes da preservação do bem estar dos capitalistas e de promoção da nossa miséria. Dobram-se mais ainda diante das vontades do imperialismo em momentos de crise, pois tiram proveito dessa obediência e para isso necessitam ainda mais aumentar a destruição das forças produtivas, aprofundam a exploração, a opressão e o desemprego.

Somente a ação direta, a unidade da luta dos explorados e a força nas manifestações de rua sob uma direção revolucionária fortalecerão a combate aos nossos algozes – burguesia e seus governos para arrancar as reivindicações necessárias para nossa existência. É preciso que os operários, os camponeses, os trabalhadores e os estudantes em geral e a juventude oprimida se protejam dos ataques que se avolumam em decorrência da crise, munidos dos métodos da classe operária. Os sindicatos e as centrais sindicais devem cumprir o papel fundamental de convocar todo os explorados para se soldarem às manifestações contra os governos.

Dilma avança na desnacionalização da saúde: lei 13.097 escancara setor para o capital estrangeiro

No dia 20 de janeiro de 2015, Dilma sancionou a lei 13.097 que permite que empresas e capitais estrangeiros instalem, operem ou explorem clínicas e hospitais, mesmo os filantrópicos. Um projeto de lei com este conteúdo, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tramitava desde 2009. Porém, de contrabando, o assunto foi acrescentado à MP 656/2014, trata de questões imobiliárias e tributárias, refinanciamento de dívidas de times de futebol junto com mais 30 temas. A Medida provisória foi aprovada em 17/12/2014. A emenda proposta pelo deputado Manoel Junior (PMDB-PB) e tornada lei por Dilma permite também que o capital estrangeiro atue em pesquisas sobre planejamento familiar e serviços de saúde para funcionários de empresas.

O capital estrangeiro já atuava por meio de jogadas financeiras (via debêntures) e ramos que fornecem serviços, equipamentos e remédios. Com esta medida, poderá atuar sem restrições. Por meio desta lei, o artigo 199 da Constituição é ferido, além da Lei Orgânica da Saúde (8.080/90), que proíbe o investimento estrangeiro.

Esta medida mostra a continuidade da política privatizante de antinacional do PT. Desde o início de seu mandato, as grandes corporações dos planos privados de saúde (Bradesco, Qualicorp e Amil/United Health) estão ditando o rumo da política da saúde. É sintomático que a campanha de Dilma tenha recebido oficialmente R\$4 milhões da Amil, operadora da maioria dos planos privados no país. Em 2013, a empresa norte-americana United Health comprou 90% da Amil. A mesma United Health, que faturou US\$70 bilhões, em 2010, foi importante no desmonte do sistema público de saúde inglês.

Ao longo dos primeiros 30 meses do governo Dilma, entre janei-

ro de 2011 e agosto de 2013, foram fechados 11.576 leitos hospitalares públicos e criados 8.349 leitos para usuários do sistema privado. Em média, por dia, foram desativados 12 leitos públicos, enquanto nove novos leitos particulares são abertos, segundo os dados do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao mesmo tempo, os governos engordam os cofres do setor privado por meio de isenções fiscais, subsídios para a expansão do mercado e linhas de crédito.

De junho de 2013 a junho de 2014, a receita da saúde suplementar cresceu 18% em relação ao ano anterior, somando R\$121,5 bilhões. Este negócio que tem participação de mais de 10% no PIB do Brasil agora está escancarado para os capitais dos países imperialistas que necessitam de novos campos para se valorizarem, sobretudo no contexto da crise econômica mundial.

Os movimentos sanitários, prontamente, com o anúncio da MP, fizeram a campanha do “Veta Dilma”, porém, a resposta da presidenta, saída no dia 20 de janeiro, confirma a política privatista e antinacional. O sistema privado “suplementar”, que na utopia reformista do movimento sanitário seria progressivamente estatizado, ganha cada vez mais espaço. Corrói o SUS, drena recursos e criminosamente prolonga o sofrimento da população pobre e leva à morte de quem não pode pagar por caros procedimentos. Já está evidente que o caminho do parlamento e judiciário são armadilhas. É necessário organizar os trabalhadores e juventude, recorrer ao método da ação direta e empunhar a bandeira de um Sistema Único de Saúde, integralmente público, gratuito e sob controle operário. A defesa consequente da saúde pública e da vida dos oprimidos leva, necessariamente, à luta pela estatização sem indenização de todo o sistema privado de saúde.

Aumento das tarifas do transporte público leva milhares às ruas em SP

Tomar as ruas e avenidas com um movimento massivo e unitário contra o aumento!

No momento em que esse artigo está sendo concluído, três atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) foram realizados, dois no centro da cidade e um na zona leste. O quarto está marcado para 23/01. O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) também está mobilizando sua base para combater o aumento.

Têm sido manifestações massivas, sendo a juventude o setor mais expressivo. Revelam o descontentamento com a elevação das tarifas, que ultrapassou 16%. Subiram as passagens dos ônibus municipais, intermunicipais, de trens (CPTM) e do metrô. O ambiente geral está dominado pela memória das jornadas de junho de 2013, que também foram alavancadas pela questão dos transportes.

Por seu turno, os governos municipal e estadual, Haddad/PT e Alckmin/PSDB respectivamente, têm agido para derrotar a resistência das massas e impedir um novo levante generalizado. O primeiro e o segundo atos foram dispersados com uma brutal repressão policial. Manobras divisionistas também foram lançadas, como é o caso do “passe livre para estudantes carentes”, defendido por Haddad. Uma campanha tem servido ao intento de conter a revolta com a medida.

Crise econômica e a questão dos transportes

O período de relativa estabilidade da economia brasileira, de 2002 a 2008, se encerrou com a quebra nos EUA, epicentro do capitalismo mundial. Vários países foram afetados, inclusive o Brasil. A colossal intervenção do Estado, agindo no sentido de salvaguardar os interesses dos capitalistas, permitiu atenuar e adiar uma queda mais profunda.

A situação atual, com crescimento abaixo de 1% do PIB, retração da indústria etc. é o desdobramento da crise. Trata-se de manifestações da desagregação geral do sistema capitalista. As forças produtivas altamente desenvolvidas se rebelam contra as relações de produção monopolistas e contra as fronteiras nacionais.

O recrudescimento da opressão nacional e as ações no sentido de descarregar a crise sobre os ombros dos trabalhadores respondem a esse impulso. O ataque sobre direitos dos trabalhadores, sobre os empregos e os salários tem sido a principal medida das burguesias e seus governos. A elevação geral dos preços no Brasil, como se deu com os alimentos, aluguéis, fundamentais para a família operária, são consequências da crise.

A alta das taxas/tarifas serve à preservação dos cofres públicos, não para atender às necessidades da maioria. Mas para garantir o pagamento em dia dos parasitas do sistema financeiro e grandes capitalistas. E não se trata somente das tarifas do transporte. O retorno da Cide, a duplicação da alíquota do IOF e outras medidas poderão resultar em repasse sobre os preços ao consumidor. Isto é, recairão sobre os assalariados.

Ligar a luta pelo transporte público com a defesa do emprego e do salário

O quadro mais amplo de deterioração das condições de vida das massas empurra os movimentos de resistência a uma resposta mais abrangente. A situação objetiva coloca a defesa

dos empregos e salários. O momento é favorável para que se organize um movimento que ultrapasse a defesa corporativista do transporte público. Os trabalhadores compreendem mais facilmente que há um confisco de seus salários porque sentem diretamente no bolso.

Se a unificação das lutas não se concretiza, é devido ao divisionismo (das centrais, sindicatos e movimentos) e ao controle burocrático sobre as organizações de massa. Para os burocratas, isolar a luta pelo transporte serve à manutenção de seus privilégios, cada um mantendo o controle de sua base. Não importa se isso tornará mais difícil dobrar os governos e conquistar a revogação do aumento. Mesmo sendo evidente o quão prejudicial está sendo ao trabalhador e sua família.

O Estado policial reprime o movimento de massa

Os dois primeiros atos foram encerrados a partir da violência extrema da PM paulista. No primeiro, os manifestantes foram vítimas das balas de borracha, bombas de efeito moral e gás. Os manifestantes foram perseguidos pela Rua da Consolação e arredores. 51 foram detidos e soltos em seguida. No segundo, a polícia tentou dispersar o protesto novamente na Consolação, mas o ato resistiu e prosseguiu a marcha até o Viaduto do Chá, onde se localiza a sede da Prefeitura. Lá, novamente, uma brutal repressão desfez o ato, que deveria prosseguir até a Secretaria Estadual de Transportes, situada algumas ruas à frente. Mais 13 manifestantes foram presos.

A repressão responde à necessidade do Estado burguês garantir seus planos antipopulares. A polícia cumpre um papel político, de classe. Cabe ao movimento se organizar para resistir da forma mais ampla e firme.

Derrotar a repressão

Os comitês contra a repressão precisam lançar a uma campanha de denúncia e trabalhar pela autodefesa do movimento. De fato, não existe a liberdade de manifestação.

É preciso levantar a defesa do fim de toda a repressão e pelo direito irrestrito de manifestação. Construir comitês contra a repressão e realizar a defesa jurídica e política coletivas dos presos. Exigir o fim da PM e sua substituição pelas milícias populares!

A luta para derrotar o aumento da tarifa passa hoje pelo enfrentamento à repressão que procura discipliná-la e anulá-la.

Do ponto de vista estratégico, coloca-se a necessidade de debater desde as bases a importância dos comitês de autodefesa, expressão coletiva e organizada dos explorados em seu legítimo direito de recorrer à força para enfrentar a violência reacionária do Estado.

A manobra do governo petista

Além da repressão, outro expediente tem sido empregado para combater a resistência das massas. Coube a Haddad/PT a tarefa de manobrar para dividir o movimento. Certamente, pretendia minar a camada social predominante em junho/2013 – a juventude de classe média. Lançou a proposta de “passe livre para estudantes carentes”; com o aumento das tarifas, pre-

tendeu tornar mais vantajosa a utilização do bilhete temporal (diário, semanal e mensal).

O efeito propagandístico pretendido é óbvio: colocar parte da população contra o movimento. A ideia é tentar fazer parecer inócuas as manifestações, como se não houvesse motivo real para a insatisfação. Os que insistem em protestar são mostrados como “intransigentes”, que “não estão abertos ao diálogo”.

Entretanto, vários agrupamentos, inclusive o MPL, acabaram mordendo a isca. Consideraram a medida uma “vitória parcial” ou “insuficiente”. É claro que não faltaram os atenuantes, para que a caracterização não transparecesse um apoio ao governo. Com ou sem atenuantes, o essencial é que se trata de uma adaptação. A “meia tarifa zero” e o aumento das tarifas fazem parte do mesmo pacote. Na verdade, a primeira não passa de um expediente para fazer passar o segundo.

É preciso superar o divisionismo e o corporativismo

A divisão em diversas centrais e sindicatos dificulta uma resposta unificada ao aumento das tarifas. O que é agravado pelo alto grau de estatização dos sindicatos. As direções burocráticas aplicam, com as suas variantes, uma política de conciliação de classes. Impedem o choque com a classe dominante e seus governos. O MTST, por exemplo, tão importante pelas suas ocupações urbanas e passeatas massivas, saiu inicialmente às ruas sozinho, negando-se a conformar uma poderosa coluna unitária contra o aumento.

O MPL, apesar de se diferenciar à esquerda pela defesa da ação direta, também constitui um entrave burocrático. Surgiu com a defesa das “novas formas de luta”, o que sugere uma linha crítica em relação ao fenômeno da burocratização. Sem dúvida, seu radicalismo de influência anarquista mobiliza um setor importante da juventude e o posiciona em rota de colisão com os governos. Contudo, o MPL não se submete aos métodos da democracia operária. Confiando na projeção que conquistou devido a Junho/2013, tem rejeitado a luta unitária. Decide em seus fóruns e, no máximo, submete o trajeto dos atos às assembleias abertas. Mesmo assim, no terceiro ato, acabou negociando com a polícia o rumo da passeata, sem submeter a decisão ao conjunto dos manifestantes.

Em contraposição, coloca-se com urgência a tarefa de enraizar a luta desde os locais de estudo e trabalho e nos bairros. A única forma de combater as manobras do governo, a repressão, o divisionismo e o corporativismo é manter e ampliar as manifestações de rua. É preciso ir às bases e erguer um poderoso movimento de baixo para cima. O método da democracia operária deve servir de alicerce para um movimento massivo e unitário.

A intervenção do POR no CLTP-SP

O POR não abre mão da defesa da unidade dos movimentos contra o aumento e em defesa das reivindicações. Participa do Comitê de Luta pelo Transporte Público de São Paulo (CLTP-SP) junto a outras organizações políticas e entidades. Trata-se

de uma ferramenta de frente única, uma aliança pontual necessária para organizar a mobilização, a partir dos métodos da democracia operária.

Na 2ª Plenária do CLTP, o POR compareceu com seu boletim de polêmica com os companheiros da Esquerda Marxista, corrente que ainda atua no interior do PT e que impulsionou a formação do comitê. Tratava-se tão somente da continuidade de um debate iniciado no Grupo de Trabalho do comitê. A liberdade de crítica é uma condição para a participação dos revolucionários em uma frente. As diferenças se resolvem por meio dos métodos da democracia operária.

O conteúdo desse boletim girava principalmente ao redor: 1) da defesa feita pelo POR da ligação da luta pelo transporte com a defesa dos empregos e salários e 2) do combate do POR à caracterização da “meia tarifa zero” de Haddad como uma “vitória”. Não obstante, as polêmicas não se encerraram aí.

Tarifa zero para todos?

Durante a 2ª Plenária do CLTP, o POR se colocou contra a bandeira de “tarifa zero para todos”, defendida pela Esquerda Marxista e outras organizações. A justificativa: a consigna constitui uma panaceia que desvia o movimento da luta concreta pelos salários e empregos e pelo passe livre aos desempregados e estudantes.

O problema das tarifas deve ser inserido no contexto mais amplo da elevação do custo de vida. O POR responde com um sistema de reivindicações: 1) Não ao aumento das tarifas; 2) Estatização dos transportes, sem indenização, sob controle dos trabalhadores e população; 3) Passe livre para estudantes e desempregados; 4) Salário mínimo vital, com reajuste automático; 5) Escala móvel das horas de trabalho, com estabilidade para todos.

Como não havia concordância com a proposta do POR, a questão teve de ir à votação. A maioria aprovou a proposta de passe livre para todos.

O passe livre para estudantes e desempregados comparece, assim, como uma consigna de defesa urgente de setores que, por não receberem salário, necessitam de medidas de proteção.

A defesa do salário mínimo vital e das demais bandeiras de defesa do emprego corresponde ao problema imediato da elevação do custo de vida, no qual se insere o aumento das tarifas do transporte. São palavras-de-ordem que servem à unidade da juventude oprimida com os demais explorados e têm a virtude de colocar em relevo o problema da exploração capitalista. Servem, portanto, ao objetivo de lutar pela independência de classe, colocando os oprimidos de conjunto em rota de colisão com a burguesia e seus governos.

A reivindicação de estatização indica a necessidade de combate mais geral pela superação do capitalismo, pois pressupõe a via da expropriação revolucionária da burguesia.

A posição do POR não é a de estabelecer o que os governos capitalistas podem ou não atender – raciocínio típico dos reformistas. E sim o de assentar as reivindicações que partam das necessidades mais sentidas e concretizem a ligação com a superação revolucionária do capitalismo, com a construção do socialismo.



MTST faz sete protestos contra o aumento das tarifas em São Paulo

O Movimento dos Trabalhadores Sem teto (MTST) de São Paulo realizou no dia 22/01 protestos nos bairros da periferia de São Paulo. No Campo Limpo, cerca de mil manifestantes foram do Taboão ao terminal Campo Limpo, bloqueando o trânsito no percurso. Na zona sul, os manifestantes saíram do Metrô Vila das Belezas e caminharam até o Terminal João Dias. Mais de mil pessoas participaram do ato.

Houve ainda protestos no Terminal Jardim Ângela e no Terminal Varginha. No ABC, caminharam até a Estação Santo André da CPTM. De acordo com o MTST, foram 350 pessoas. Outro grupo protestou no centro de Carapicuíba, na Grande São Paulo.

Em Itaquera, reuniu pelo menos 500 pessoas, que saíram do centro do bairro e fecharam a Radial Leste para protestar. Nesta manifestação, o POR distribui o manifesto abaixo:

Ligar a luta por moradia e contra o aumento da tarifa com as reivindicações de Salário e Emprego

A exploração vem aumentando. A jornada de trabalho é alta e o salário de miséria não paga o aluguel, a comida, o remédio, a passagem do ônibus ou do trem. A burguesia e seus governos não são capazes de resolver a crise estrutural do capitalismo e suas medidas levam a aumentar a escravização dos assalariados e o volume de desempregados. Cada vez mais trabalhadores são jogados na pobreza e na fome.

O que a luta contra o aumento da tarifa tem a ver com a luta por moradia?

O pagamento da passagem e a compra da casa estão ligados ao salário. São diferentes formas de oprimir o trabalhador, que não recebe o suficiente para suprir suas necessidades mais elementares. É desta forma que a luta contra o aumento da tarifa e a luta por moradia devem se unificar ao redor da defesa do emprego e do salário.

Os governos fazem demagogia com programas de moradia

São milhares de famílias que ocupam prédios e terrenos abandonados, transformando-os em moradia. As ocupações são o meio para não se tornarem moradores de rua. Expressam uma forma da luta de classes, em que os oprimidos se chocam com os grandes proprietários e contra o próprio Estado, agente da repressão policial nas ações de despejo.

Os programas de moradia são demagógicos. Somente após anos de espera é que uma pequena parcela consegue sua casa. Não podemos mais nos iludir nas promessas dos governantes, serviços dos capitalistas. O acionamento da polícia militar nas desapropriações é prova de que são promessas vazias. O com-

promisso verdadeiro dos governos é de proteger a propriedade privada.

Unidade com a classe operária!

A classe operária tem sofrido duros golpes: centenas de demissões, PDV, lay off, redução salarial. No dia 12 de janeiro, na região do ABC, 11 mil operários saíram às ruas contra as demissões na Volks e na Mercedes. O movimento grevista da classe operária será determinante para a vitória do movimento contra o aumento da tarifa e do movimento por moradia. Sua ligação com a produção social lhe dá a força necessária para derrotar a burguesia e seus



governos.

A classe operária é a única que poderá impor a expropriação dos capitalistas dos transportes e passá-la ao controle dos próprios trabalhadores e dos usuários, que determinarão o valor cobrado e as condições do transporte.

A classe operária é a única capaz de expropriar todos os prédios em mãos dos especuladores imobiliários e passá-los aos sem teto.

Em defesa da democracia operária

Os movimentos de bairro, das escolas e nos locais de trabalho devem eleger seus representantes para compor os comitês gerais, responsáveis por decisões coletivas sobre a organização do movimento, seja ele por moradia ou contra o aumento da tarifa. O método burocrático de organização, em que apenas um grupo reduzido decide pela maioria, não é próprio da democracia operária, que defende a participação livre e aberta de todos os que compõem o movimento, na decisão sobre os próprios rumos do movimento.

Como defender a vida do trabalhador?

A vida do trabalhador só pode ser defendida realmente ao se defender o emprego e o salário. Que todos os movimentos se unifiquem ao redor da plataforma de reivindicações:

- 1) Revogação imediata do aumento da tarifa! Passe livre a estudantes e desempregados! EXPROPRIAÇÃO, SEM INDENIZAÇÃO, DOS CAPITALISTAS DO TRANSPORTE, e controle dos trabalhadores e população assalariada!
- 2) DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL DE R\$4500,00, com ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE! Aumentou a inflação, que se aumente automaticamente o salário!
- 3) ESTABILIDADE NO EMPREGO, e EMPREGO A TODOS, por meio da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO! Divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial!
- 4) EXPROPRIAÇÃO, SEM INDENIZAÇÃO, DOS ESPECULADORES IMOBILIÁRIOS, controle operário das construtoras, entrega das moradias disponíveis aos sem teto, construção de todas aquelas necessárias para que ninguém fique sem lugar para morar!

PSol e sua proposta de “Tarifa Zero”

O ponto de partida da proposta do PSol de tarifa zero é encontrar os meios de pagar por ela. Esse ponto de partida já expressa uma posição reformista. As reivindicações das massas não têm de buscar meios de sustentá-las nos marcos do capitalismo. Devem expressar as reais necessidades, sem atenuá-las ou limitá-las por conta das “possibilidades” de atendimento delas pelos governos ou capitalistas.

Voltando à proposta do PSol, citam-se as condições para implantação da tarifa zero, por meio de premissas. Assim, *“as capitais e grandes cidades brasileiras poderiam reduzir as tarifas em curto/médio prazo, chegando até mesmo, em alguns casos, à Tarifa Zero”*.

“A primeira premissa deste texto é a de ampla maioria dos 5.564 municípios brasileiros não possuir condições de financiar sistemas de transporte sem tarifa por si mesmos”. Para concretizar a tarifa zero, são necessários: *“a reforma tributária; a Lei de Responsabilidade Fiscal e o papel do BNDES como fomentador de frotas próprias nos municípios”*.

A segunda premissa leva a: *“é necessário que as Prefeituras tenham real controle sobre os sistemas, através de empresas municipais que possam fazer a gestão e, até mesmo, a depender do caso, a operação do sistema”* (grifo nosso).

A partir daí, se propõem medidas para viabilizar o financiamento da tarifa zero: recursos próprios, cobrança de estacionamento rotativo, estacionamentos públicos, exploração de publicidade, IPTU progressivo, divisão social dos custos, multas de trânsito, aportes dos governos estadual e federal, IPVA e auditoria da dívida pública.

As propostas do PSol não se chocam com a propriedade privada do transporte público. O objetivo explícito é obter uma melhor GESTÃO do transporte pelas administrações municipais. Ou seja, ampliar o controle público sobre a propriedade privada dos transportes. Além disso, buscar recursos para PAGAR pelo serviço oferecido pelos capitalistas do transporte, de forma a oferecê-los como Tarifa Zero à população assalariada, que depende dele para ir e vir. E assim sustentar a exploração

capitalista do serviço público, ou seja, SUBSIDIAR as empresas, fornecendo aos capitalistas um negócio sem risco, de lucro garantido pelo Estado.

Para isso, pretendem agir em duas instâncias.

Primeiro, quando afirmam *“a reforma tributária; a Lei de Responsabilidade Fiscal e o papel do BNDES como fomentador de frotas próprias nos municípios”*, estão falando em pressão parlamentar. Estão falando no parlamento controlado pelos capitalistas realizar reformas que aumentem a carga tributária sobre os mais ricos e sobre as empresas, e no aumento da frota de ônibus por meio do BNDES, que tem recursos públicos. Qualquer reivindicação de melhora dos transportes não será alcançada por meio do parlamentarismo, mas pela ação direta das massas nas ruas, em choque com ele, com os governos e capitalistas. O contrário é enganação.

Segundo, as medidas de aumento da arrecadação pública para financiamento da tarifa zero recaem em supostos rearranjos da partição do orçamento e em grande parte sobre os donos dos automóveis, e não sobre os donos das empresas de ônibus e demais capitalistas. Lembramos que há 7 milhões de carros em São Paulo. São eles que devem arcar com o custo da tarifa zero? Preservando os lucros dos capitalistas do transporte? Essa é a posição do PSol. Na prática, é a negação da defesa da estatização sem indenização e controle operário das empresas de transporte.

Finalmente, a defesa da tarifa zero é colocada pelo PSol como algo a ser obtido de forma gradual (*“reduzir as tarifas em curto/médio prazo, chegando até mesmo, em alguns casos, à Tarifa Zero”*). Os estudantes que não podem arcar com os custos da tarifa e os desempregados que precisam se deslocar para procurar emprego devem esperar até que a disputa parlamentar e a taxação dos donos de automóveis seja capaz de bancar a sanha de lucro dos capitalistas dos transportes? Não, PSol. Que se garanta Passe livre para estudantes e desempregados imediatamente!

Movimento contra o aumento da tarifa: política reformista e a disputa pela direção

Dois anos após os levantes multitudinários de junho de 2013, com proporções nacionais, ressurge o movimento contra o aumento da tarifa anunciado por Haddad/PT e Alckmin/PSDB. A manobra da prefeitura e do governo do estado, com o anúncio do passe livre estudantil para os mais carentes, não evitou que o movimento iniciasse com força, foram 20 mil no primeiro ato, 15 mil no segundo e mais de 5 mil no terceiro, que foi regional (Tatuapé). O MPL, direção do movimento, se queixa da limitação da medida governamental e segue com a convocação dos atos pela “Tarifa Zero a todos”, subsidiada pelo Estado.

O temor de novas manifestações massivas pressionou a burguesia ao passe livre para estudantes carentes, visando a fragmentar o movimento, que se mostrou majoritariamente composto pela juventude em 2013, e garantir o aumento dos lucros, estimado em R\$500 milhões. A medida, no entanto, se resume à vida escolar. Na prática, não mudará a vida da ju-

ventude empobrecida dos bairros periféricos, sem emprego, jogada no narcotráfico, em que muitos abandonaram a escola para trabalhar nos subempregos, superexplorados. O “Passe Livre parcial” em nada mudará as condições de miséria dessa juventude destruída pelo capitalismo.

A luta contra o aumento da tarifa canaliza as inúmeras insatisfações de uma massa de jovens ressentida do aumento das taxas, dos impostos, da carestia de vida, do confinamento nos bairros periféricos, da repressão policial para conter a revolta. O aumento da tarifa do transporte é parte de um conjunto de medidas da burguesia de destruição de forças produtivas e aumento da exploração, que recai sobre a juventude com maior intensidade.

Essas inúmeras insatisfações, no entanto, não alcançam expressão política no interior do movimento por que são contidas por uma direção burocrática e reformista. O MPL se organiza superestruturalmente, o reduzido número de membros

da sua direção decide as bandeiras e as ações do movimento. Inauguraram neste ano as assembleias, de início dos atos, e as regionais, para maquiar suas decisões antidemocráticas. As assembleias dos atos somente deliberam sobre o trajeto e as regionais são meros organismos tarefeiros. O objetivo é concentrar braços para levar adiante a política do MPL. Vê-se que não se aplica verdadeiramente a democracia no movimento, mas tão somente são espaços para avaliar a política da direção do MPL.

A direção do MPL se nega a defender as reivindicações da classe operária, que partem da defesa do salário e emprego.

Manifesto das Conferência Regional S. Paulo do POR

Realizada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2015

O ano de 2015 se inicia com a posse de Dilma Rousseff (PT) para um segundo mandato. O que os explorados devem esperar? Os primeiros sinais dizem o suficiente para saber que boas medidas não virão. As mudanças no seguro-desemprego, no abono salarial e na pensão por morte ferem frontalmente direitos trabalhistas. O anúncio do ministro do Planejamento de que fará alterações na lei que regulamenta o reajuste do salário mínimo vem no sentido de prejudicar e não de melhorar a vida dos mais pobres.

O objetivo de cortar gastos públicos apresentados pelo ministro da Fazenda recairá sobre os serviços sociais (saúde, educação, habitação, etc.). A meta central dos ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa é a de garantir o pagamento dos juros aos banqueiros da gigantesca dívida pública. Está aí por que começaram indicando que o salário mínimo não pode ter aumento real e alterando para pior direitos trabalhistas.

Lembramos que Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, fez o que se chamou “desoneração da folha de pagamento”. Os capitalistas passaram a contribuir com um valor menor para a Previdência Social. O que transfere o encargo para os cofres públicos e põe em risco as aposentadorias. Logo mais os explorados poderão se ver diante de uma nova reforma da Previdência contrária às suas necessidades.

No início de janeiro, a Volkswagen demitiu 800 metalúrgicos e a Mercedes-Benz, 244. Somados, são mais de mil postos de trabalho destruídos com uma penada. O prefeito (PT) e governador (PSDB) de São Paulo elevaram as tarifas dos transportes públicos para R\$ 3,50. Em outras capitais e cidades, os reajustes das tarifas se aproximam desse valor. Esses fatos, por si só, mostram que a classe operária, os camponeses pobres e a maior parte da classe média urbana estão diante de uma nova situação em que a burguesia exige de seus governos que descarreguem a crise econômica sobre a maioria explorada.

A maioria que elegeu Dilma Rousseff com a esperança de evitar retrocesso em suas condições de vida sente os primeiros sintomas de que foi enganada. O governo do PT, reeleito para barrar a volta do PSDB ao poder, decidiu por aplicar a mesma diretriz econômico-financeira defendida por Aécio Neves. Dilma Rousseff constituiu os ministérios que decidem a política econômica com Joaquim Levy e Nelson Barbosa justamente para atender às exigências dos banqueiros nacionais e interna-

Adapta-se às pressões repressivas do Estado policial, alterando o percurso dos atos para vias de menor trânsito, anulando o método de luta da ocupação massiva das principais ruas e avenidas e deixando de afetar a economia, que é o que se choca com os governos e os capitalistas. E se opõe a aplicar a mais ampla democracia operária desde as bases, que é a forma própria de organização da luta do proletariado, apresentando em seu lugar um discurso da tal da “horizontalidade”, que na prática é a decisão da direção por cima de qualquer discussão e deliberação. A direção do MPL rejeita a política proletária e por isso se choca com ela.

cionais. Todos os programas, decisões e medidas governamentais estão condicionados ao pagamento da insuportável carga de juros e amortizações da dívida pública. Os cortes orçamentários, aumentos de impostos e elevação das tarifas anunciados pelos ministros estão na contramão do crescimento econômico. Alimentarão as tendências recessivas. Essa via foi apresentada pelo candidato do PSDB, Aécio Neves, e em palavras rejeitada pela candidata do PT.

Dilma trai a confiança de mais de cinquenta milhões de brasileiros que nela votaram. É certo que a traição será sentida amplamente mais à frente. Seu segundo mandato está apenas começando. A burguesia como um todo – banqueiros, industriais, latifundiários – aprovou o ministério econômico comandado por Joaquim Levy. Vai pressionar para que o governo petista se submeta o máximo possível aos interesses do grande capital, direcionando os recursos do Tesouro Nacional para seus negócios e restringindo a participação dos programas sociais no Orçamento Geral da União. A implantação dessa orientação econômica, no entanto, depende da reação da classe operária e dos demais explorados.

O governo do PT tem a missão de atacar a vida das massas e ao mesmo tempo evitar que o país seja tomado por grandes manifestações como as que ocorreram em junho de 2013. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 abriu um período de conciliação de classes e submissão dos sindicatos ao governo. A burocracia sindical pôde servir de instrumento da burguesia para a exploração do trabalho sem ter de enfrentar a revolta dos explorados. Mas as condições políticas foram e estão mudando com a crise mundial e nacional. Os explorados sentem a necessidade de se defender. É o que demonstra a rejeição da assembleia operária da Volks ao ataque da multinacional aos empregos e salários. E a consequente greve decretada assim que foram anunciadas as 800 demissões.

Os trabalhadores devem atentar para o fato de que o período de crescimento econômico e de crescente abertura de postos de trabalho se findou com a crise aberta em 2008. A safra de reajuste salarial acima da inflação escasseou. A burguesia levantou a bandeira de “aumento da produtividade”, de ajuste na produção e de novos avanços na reforma trabalhista e previdenciária. Os exploradores atuam para conservar seus lucros. O governo de Dilma está obrigado a apoiar com medidas de

Estado esse programa da classe capitalista. A classe operária não deve se sujeitar a nenhum governo burguês. Esse é o ponto central da situação. A submissão dos sindicatos ao governo do PT em nome dos interesses dos oprimidos resulta em sacrifício das massas.

A Conferência Regional S. Paulo do POR, ao contrário, chama os operários, camponeses, trabalhadores de classe média e a juventude a constituir uma **Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff**. Trata-se de levantar um programa operário diante da crise capitalista. Em sua base, está o princípio da defesa integral da vida dos explorados diante dos exploradores e o do método da luta de classes. A bandeira que expressa esse princípio na situação é: **Nenhum sacrifício dos explorados, que os capitalistas paguem pela crise!** A Conferência rechaça qualquer medida contrária à vida dos trabalhadores e se coloca por uma frente única dos sindicatos em defesa das reivindicações que de fato protejam suas vidas. Opõe-se à colaboração de classes e ao apoio da burocracia sindical ao governo. Exigem que se convoquem assembleias e que se organize uma campanha nacional em defesa dos empregos e salários e contra as medidas antioperárias e antipopulares dos governos. A Conferência se coloca por propagandear e agitar a bandeira de **Emprego não se negocia, defende-se com luta, com greves, ocupações de fábrica, bloqueios e manifestações de massa**.

A Conferência denuncia as soluções capitalistas. Os exploradores dizem que estão obrigados a demitir porque caiu o consumo. Mas a classe operária não é responsável pela redução das compras e pelo excesso de produção. A crise de superprodução é de responsabilidade total e exclusiva da classe exploradora e de seus governos. Não devemos, portanto, arcar com a flexibilização do trabalho e com o desemprego. A resposta operária se encontra nas soluções que defendem o emprego e os salários: **Estabilidade no emprego, redução da jornada, sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção**. A classe operária deve vencer sua desorganização lutando pelas reivindicações,

reconquistando os sindicatos, constituindo as comissões de fábrica e construindo o partido revolucionário. Por esse caminho, será possível não apenas se defender dos ataques da burguesia como também impulsionar a luta pelo poder operário e camponês. A Conferência do POR chamam os explorados a lutar por esses objetivos.

Operários, camponeses e juventude oprimida, o capitalismo já não tem como desenvolver em grande escala a produção mundial. As massas empobrecidas e o grande contingente de desempregados agravam a crise de superprodução. Seus reflexos no Brasil são tão violentos quanto no restante da América Latina, na Europa, na África, no Oriente Médio e na maior potência, os Estados Unidos. Os governos e a burguesia não têm como impedir que as forças produtivas sejam destruídas maciçamente pela crise. Atravessamos uma fase de destruição de postos de trabalho, de fechamento de fábricas, de aumento do desemprego e de agravamento da pobreza. As potências descarregam a crise mundial sobre os países mais pobres e submissos às multinacionais. Por sua vez, as burguesias nacionais desses países sacrificam a classe operária, os camponeses, as camadas mais desprotegidas da classe média e a juventude. Está aí por que vemos a barbárie avançar cada vez com mais força (miséria, criminalidade, guerras, terrorismo, mortandade). É preciso compreender que o capitalismo está mais que amadurecido econômico, social e historicamente para ser substituído pelo socialismo. A revolução proletária destruirá o poder da burguesia e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Somente com a classe operária no poder, apoiada pelos camponeses oprimidos, se abrirá caminho para solucionar os grandes problemas que afligem os explorados.

A Conferência Regional S. Paulo vêm perante a classe operária e os demais oprimidos chamá-los a construir o partido da revolução proletária – o POR.

Por uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Conferência Regional do POR em São Paulo

Nos dias 10 e 11 de janeiro, ocorreu a Conferência do Partido Operário Revolucionário em São Paulo, reunindo militantes das regionais de São Paulo, Paraná e Rondônia. As conferências regionais do POR têm o objetivo de analisar os principais pontos da conjuntura nacional e internacional e aprovar resoluções políticas que reflitam os problemas atuais da luta de classes.

Responder à crise internacional do capitalismo

Como um partido internacionalista, os debates iniciais ocorreram em torno dos documentos políticos que avaliaram a crise histórica do capitalismo.

A crise atual expressa o esgotamento geral do sistema capitalista, que se manifesta na recessão e/ou estagnação, nas tendências de aumento da barbárie (guerras, conflitos étnicos e violência do Estado sobre as nacionalidades oprimidas, desemprego, retirada de direitos, aumento da concentração de riqueza mesmo nos países mais industrializados, etc.). Confirma-se em nossa época a conclusão de que caso não se avance

na luta anti-imperialista e anticapitalista, na luta pelo socialismo, a barbárie avançará.

Nos últimos seis anos, vimos algumas tendências dominantes: a de intervenção bélica (ocupações, guerras, controle de mercados e de matérias-primas; a de rebelião das nacionalidades oprimidas com acirramento geral da luta de classes em razão dos ataques aos direitos); e a de as massas passarem por cima de direções burocráticas e levantarem movimentos multitudinários, que destacam mais acentuadamente a necessidade do partido mundial da revolução. Os levantes no norte da África e no Oriente Médio, as ocupações em territórios africanos e a manutenção da intervenção bélica e política no Iraque e no Afeganistão, as lutas das massas na Europa, os conflitos envolvendo a violência policial e a população negra nos EUA, a disputa pelo território ucraniano entre a Rússia e o imperialismo europeu, as lutas da juventude e de setores das massas na América Latina são elementos da convulsiva etapa que a crise atual abriu.

A situação internacional expõe com mais clareza as contradições do capitalismo imperialista: o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, entre as fronteiras nacionais e o domínio dos monopólios e do capital financeiro, que vem inviabilizando os blocos econômicos, como a União Europeia. Coloca-se mais uma vez uma luta encarniçada para a redivisão do globo e mais submissão das nações oprimidas.

A crise histórica do capitalismo também aguçava a exploração do trabalho ligada à opressão nacional, o que torna mais dramático o processo de restauração capitalista em países que passaram pela revolução socialista, como Rússia, China e Cuba. Há uma pressão do imperialismo para levá-los à condição de países semicoloniais. O processo de restauração assume ritmos e formas diferentes em cada um dos países. A forma como o conflito da Ucrânia se desenvolveu demonstra, de um lado, a tentativa do Estado russo manter-se como uma potência regional, atuando despoticamente sobre o território ucraniano, com a anexação, e de outro, a intervenção das potências imperialistas em quebrar a influência e força desse Estado, submetendo-o como qualquer país semicolonial.

A conjuntura internacional abriu um período de intensa luta de classes, que é marcado pela necessidade de construir o partido mundial da revolução, a IV Internacional.

Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma

O segundo mandato de Dilma e quarto do PT à frente do Estado demonstram o quanto o Partido dos Trabalhadores está submetido à burguesia nacional e internacional. Internamente, teve de se adaptar às pressões dos partidos oficiais da burguesia, alicerçando-se no PMDB oligárquico e dando continuidade à política econômica do PSDB. Externamente, esteve submetido às condições do mercado mundial. Em fases de crescimento, pôde desenvolver uma suposta política desenvolvimentista, que significou, na prática, arregimentação das massas miseráveis por meio da política assistencialista e uma política de contenção dos movimentos operário e camponês. Trata-se de um governo mergulhado na crise política determinada pela brutal queda econômica do país. O escândalo de corrupção na Petrobrás anima setores da oposição a levantar a bandeira do impeachment.

O fundamental é que Dilma Rousseff assumiu a tarefa dada pelo grande capital de atacar duramente os explorados. Diante das medidas anunciadas pelo “novo” governo, é possível esperar que o dique de contenção das burocracias seja rompido pela necessidade de luta dos explorados. A necessidade colocada para os revolucionários é levantar as bandeiras gerais que unificam os movimentos, fazendo a ligação entre as reivindicações elementares e aquelas que se chocam com os governos.

Nessa situação, coloca-se a necessidade de lutar pela independência de classe dos sindicatos, dos movimentos, impulsionando as reivindicações e os métodos de luta da classe operária. A luta por uma Única Central operária é a luta contra a burocracia, o estatismo e o divisionismo que marcaram a úl-

tima década.

Construir o Partido Operário Revolucionário

As conferências regionais servem para a avaliação da situação política dos estados em que o partido se desenvolve. Conhecer a realidade em que atuamos é fundamental para construir o partido-programa. Em São Paulo, centro do capitalismo no país, reconhecer o papel das burocracias no controle da classe operária, o papel da burguesia paulista e o caráter repressivo dos sucessivos dos governos do PSDB é necessário para travar a luta pela organização da classe operária no terreno da independência política. As lutas nos setores do funcionalismo, dos sem-teto, da juventude oprimida se chocam com o governo estadual. Coloca-se a defesa das frentes únicas de luta, que unifiquem os movimentos em torno das reivindicações que combatem a exploração, a fome e a repressão policial.

Em São Paulo, a experiência do PT é ímpar. Nesse Estado, se manifesta mais claramente o fracasso do reformismo petista diante das massas. A classe operária concentrada constitui a força motriz que reunirá a maioria oprimida contra a burguesia e seus governos. É tarefa estratégica destruir o domínio do petismo e do burocratismo sobre o proletariado. O combate sem tréguas ao PT tornou-se uma necessidade vital para se conquistar a independência de classe do proletariado.

Nesse sentido, foi debatido uma resolução sobre o estado de São Paulo. A discussão mostrou a necessidade de se ampliar o estudo sobre a realidade paulista e o seu lugar no capitalismo brasileiro.

A Conferência debateu uma resolução sobre o estado de Rondônia. Reconheceu a importância do movimento camponês, que é dirigido pelo petismo e maoísmo. Somente a classe operária, por meio de seu partido, pode trazer a luta camponesa para o campo da revolução agrária. Em regiões marcadas pela presença do campesinato, é fundamental que o partido desenvolva o seu programa agrário e combata as posições reformistas. No estado, o funcionalismo público tem um importante peso por sua condição de assalariados e profundamente oprimidos. Seus sindicatos se encontram sob direções corrompidas e que os submetem à política do PT. A constituição de uma direção revolucionária nesse setor é decisivo para projetar a política da classe operária para os camponeses e demais oprimidos. A classe operária é incipiente no estado. Com a construção das usinas de Jirau e Santo Antônio se mostrou a importância do operariado da construção civil. As greves massivas e combativas nessas usinas evidenciaram o lugar da classe operária na luta contra a exploração e opressão capitalistas. O crescimento do setor agroindustrial que penetra pelo sul do estado também é um elemento explosivo, que opõe, de um lado, os oprimidos (camponeses, ribeirinhos, comunidades indígenas, sem terras) e, de outro, os opressores (oligarquias assassinas, grandes monopólios que especulam com a terra, grileiros, madeireiros, etc.). Mesmo que minoritária, a intervenção junto à classe operária é fundamental para impulsionar a construção do partido revolucionário. A tarefa do partido é

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

materializar o programa e a política do proletariado em todos setores oprimidos.

No Paraná, o trabalho com a juventude, por meio dos comitês, aparece como o principal caminho de construção do partido. A repressão atinge o estado e os comitês contra a Repressão em Londrina e Maringá impulsionam as lutas por transporte e colocam a juventude diante da necessidade de se opor aos governos municipais e estadual. A luta da juventude, no entanto, para avançar precisa se ligar ao movimento das massas exploradas. O que potencializará a luta geral contra os governos.

A compreensão política dos estados corresponde também à avaliação de nossa atuação, que leva à crítica e autocritica sobre os avanços e retrocessos no trabalho partidário. A tarefa de erguer um partido-programa exige o conhecimento da realidade em que atua para desenvolver a linha política revolucionária no seio das massas, para se organizar no movimento operário e nas demais camadas sociais oprimidas.

Fortalecer a linha política na luta de classes

Como parte das discussões, foram debatidas e aprovadas resoluções sobre problemas que surgem dessa conjuntura. As várias resoluções propostas sobre os ataques do governo Dilma à previdência, sobre a questão da falta de moradia e do movimento sem-teto, sobre o problema dos transportes e da juventude oprimida, sobre o recrudescimento do Estado policial e das medidas repressivas, sobre a situação de Cuba, exibem a preocupação da militância em responder à crise do capitalismo que se potencializa no Brasil.

Ainda como parte das discussões, foram debatidas propostas de resoluções em torno da questão das opressões (sobre tudo, a que envolve a opressão à mulher no capitalismo). A Conferência não os aprovou devido a ausência de clareza de

formulações. Somente o programa e a política do proletariado podem responder a opressão sofrida pelas mulheres, negros, indígenas e homossexuais. A Conferência recomendou que se faça um estudo crítico às posições burguesas e pequeno-burguesas referentes às opressões. E que se retome a discussão sobre a base das formulações já desenvolvidas pelo POR.

Contra a barbárie capitalista, viva a Revolução Proletária!

No encerramento da Conferência Regional, a militância levantou os punhos cerrados contra a opressão imperialista que se expressa agora nos recentes acontecimentos na França. Foi lida a Declaração do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional que responsabiliza a opressão imperialista pelas formas de resistência utilizada pelo terrorismo jihadista. A Conferência rechaçou a posição do PSTU e outras correntes do revisionismo trotskismo e estalinista que condenaram o ato terrorismo, colocando-se no mesmo terreno da campanha do imperialismo. Rechaçamos as colocações das correntes pequenos burgueses que condenam ao mesmo tempo os atentados jihadistas e os governos das potências.

A Conferência convoca a classe operária, os camponeses e a juventude a erguerem o seu partido. A Conferência foi encerrada por um camarada operário que finalizou sua saudação com um viva ao Partido Operário Revolucionário e um viva à Revolução Proletária. Eis suas palavras: “Camaradas, a Conferência Regional do POR mostra sua importância para a constituição do partido de quadros na luta de classes. Possibilita ao partido ter uma intervenção política justa e coesa. Sempre falando a verdade para as massas sobre que sociedade é essa que oprime a maioria e que crise é essa que estamos enfrentando. Camaradas, viva a Conferência Regional do POR! Viva o marxismo-leninismo-trotskismo! Viva a Revolução Proletária!”

Resolução sobre Cuba

A Conferência Regional rechaça:

1. a farsa norte-americana de “reatamento das relações diplomáticas com Cuba”. E defende o fim imediato do bloqueio econômico e devolução do território de Guantánamo, incondicionalmente.
2. a posição do governo cubano, liderado por Raul Castro, de apresentar a farsa do reatamento como um passo progressivo sem que o imperialismo acabe incondicionalmente com o bloqueio a Cuba.
3. a intermediação do Vaticano, por meio do papa Francisco, cujo objetivo é o de impulsionar o processo de restauração capitalista em Cuba e submeter a ilha ao domínio norte-americano.
4. a falsa propaganda dos reformistas e castristas de que o reatamento diplomático e a troca de prisioneiros foi uma vitória do povo cubano e uma derrota do imperialismo.

A Conferência Regional defende integralmente a Revolução Cubana de 1959, que expropriou a burguesia, estabeleceu a propriedade social dos meios de produção e impôs a sua autodeterminação diante do imperialismo.

Nesse sentido, a Conferência considera que:

1. o restabelecimento diplomático entre os Estados Unidos e Cuba ocorre como parte do amplo processo de restauração capitalista, que destruiu a União Soviética, reintegrou o Leste Europeu à órbita das potências do continente, entregou Berlim Oriental aos capitalistas alemães e empurrou a China para a economia de mercado.
2. o imperialismo, sob a direção dos democratas, chegou à conclusão de que a Cuba revolucionária já não mais existe e que o governo castrista conduz gradualmente a economia e as relações sociais para o capitalismo.
3. os Estados Unidos utilizam a crise econômica para impor suas condições de potência hegemônica. O isolamento da revolução cubana fragilizou a sua capacidade de resistir ao brutal bloqueio do imperialismo, sob a ditadura burocrática de Castro.
4. é necessário retomar as raízes da revolução e da adaptação do castrismo ao estalinismo. A dependência de Cuba à ditadura burocrática estalinista da ex-União Soviética e a derrota do movimento revolucionário latino-americano nos anos 60 e 70 estão na base da derrocada da revolução cubana.
5. somente a revolução proletária em outros países da América

ca Latina e o avanço do proletariado mundial poderiam derrotar a política de guerra fria do imperialismo. Uma vez que não foi esse o curso da história, o fim da guerra fria teve e tem por conteúdo o processo de restauração capitalista. Por essa via, inevitavelmente, o cerco econômico e político dos Estados Unidos a Cuba concluiria com a vitória da burguesia mundial.

6. a defesa das conquistas revolucionárias do proletariado mundial e, em particular do cubano, é fundamental para reorganizar as forças revolucionárias que se erguerão contra o capitalismo em decomposição. O estalinismo e suas variantes, como o castrismo, ao contrário, não só abdicaram da revolução como se colocaram no campo da contrarrevolução.

A Conferência regional defende a revolução cubana como parte da tarefa de superar a crise de direção e de retomar a ofensiva revolucionária das massas pela destruição

Em defesa da Revolução Cubana

- Defender as conquistas da revolução!
- Combater o imperialismo!
- Empunhar a programa da revolução política!



Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

do capitalismo e construção do socialismo. Trata-se de incorporar na construção dos partidos marxista-leninista-trotskista as conquistas das revoluções proletárias. A luta programática contra a restauração capitalista se constitui no cimento sobre o qual o proletariado recuperará o terreno perdido para a contrarrevolução. A luta do trotskismo contra a destruição do partido bolchevique e da III Internacional se confirmou como a condição para derrotar a ofensiva restauracionista da burocracia e do imperialismo. Sem dúvida a desintegração da IV Internacional pelo revisionismo contribuiu para desarmar a resistência revolucionária ao processo de restauração. Na América Latina, Cuba passou a ter um lugar de destaque e suas conquistas não devem ser abandonadas. A reconstrução da IV Internacional implica a defesa e a assimilação das heroicas lutas dos explorados contra o capi-

talismo e o imperialismo.

Conferência Regional do POR no nordeste avança programaticamente e prepara intervenção para o próximo período

De 16 a 18 de janeiro, foi realizada em Natal a Conferência Regional Nordeste do Partido Operário Revolucionário, com a presença da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A Conferência foi antecedida por um debate público, no dia 16, sobre 12 anos de governo do PT, no qual se discutiram os prognósticos para o segundo mandato de Dilma Rousseff, considerando o avanço da crise econômica mundial e suas manifestações no Brasil. Ressaltou-se o aumento dos ataques ao emprego e às condições de vida dos oprimidos. Debateu-se o conteúdo da bandeira de oposição revolucionária: transformar as lutas econômicas em luta política contra os governos burgueses e converter a política revolucionária em força material. Destacou-se a necessidade da classe operária e demais explorados conquistarem a independência política perante a burguesia. O que exige a construção do partido operário revolucionário.

No sábado, dia 17, teve início a Conferência. Foram dados informes sobre os documentos da situação internacional e nacional. A militância discutiu vivamente as teses e os prognósticos. Na discussão sobre a situação internacional destacou-se o processo restauracionista e suas manifestações na Rússia, China e Cuba. A Conferência considerou necessário compreender melhor as diferenças e ritmos na restauração capitalista. Assinalou a importância da posição do partido quanto à previsão

de que a restauração se dá sob a égide do imperialismo e que o retorno completo do capitalismo na Rússia, China, Cuba e Leste Europeu os tornará semicolônias.

No domingo, foram apresentados os informes sobre a região Nordeste: 1) o desenvolvimento do capitalismo na região nordeste; 2) a economia da região nordeste; 3) estrutura política atual do nordeste; 4) movimento operário no nordeste; 5) a questão agrária do nordeste. Como se vê, o documento é constituído de cinco partes, cada uma foi discutida a partir do informe. A Conferência resolveu não votar o documento, uma vez que apenas uma das partes havia sido elaborada com antecedência, discutida pela regional nordeste e pelas respectivas células. As correções apresentadas deverão ser enviadas para a coordenação nordeste, que dará uma redação final ao documento. Apesar da preparação não ter sido suficiente, a discussão sobre o lugar do Nordeste na luta pela revolução proletária foi o ponto alto da Conferência. Expressou o esforço de elaboração coletiva sobre a caracterização da região e dos distintos estados nordestinos. Como conclusão, foi redigida uma resolução, discutida ponto a ponto, e finalmente aprovada.

Escola de quadros

No dia 19 de janeiro, foi realizada a escola de quadros, ten-

do como base o folheto “O Novo Curso”, que reúne textos escritos por Trotsky em 1923. A sua importância está em que inicia o combate à degeneração burocrática do Partido Comunista Russo e do Estado operário. O “Novo Curso” traz formulações e lições que permanecem atuais. A militância porista se esforça por apreender as lições do movimento operário internacional.

O desenvolvimento da escola de quadros destacou que a medida adotada no X Congresso de proibição das frações era uma medida conjuntural. Trotsky questionou o prolongamento de sua aplicação como uma ação da burocracia para liquidar definitivamente o regime partidário do centralismo democrático. Discutiu-se a questão da separação entre os dirigentes e as células do partido, que comprometeu a democracia interna do partido. No “Novo Curso” encontramos as raízes da burocratização, que finalmente levou à destruição do bolchevismo e ao processo de restauração capitalista. A escola de quadros cuidou de demonstrar a relação entre a democracia do partido, a elaboração coletiva, a unidade entre a teoria e a prática, a crítica e autocrítica em relação com o programa e as tarefas da revolução mundial.

A militância saiu fortalecida da Conferência e Escola de Quadros. O ano se inicia com o governo Dilma e a burguesia atacando duramente os trabalhadores, por meio das mudanças no seguro-desemprego e pensões; das demissões na indústria; da abertura da saúde para o capital estrangeiro; dos cortes na educação e outras áreas. Nosso trabalho consiste em transformar o programa e a linha política em ação concreta no seio das massas exploradas.

Resolução da Conferência Nordeste

1. A região Nordeste ocupa uma particular posição no capitalismo brasileiro. Expressa nitidamente a formação histórica do capitalismo atrasado e semicolonial. Na unidade nacional, constitui a região que conserva marcadamente o peso das formas pré-capitalistas de produção, sobretudo no campo.
2. O capitalismo atrasado no Brasil faz parte de uma unidade maior que configura o modo de produção e distribuição mundial. A coexistência do mais profundo atraso com o mais adiantado desenvolvimento que caracteriza a economia mundial se expressa com suas particularidades na estrutura dos países semicoloniais. De maneira que há um entrelaçamento geral entre estágios de desenvolvimento capitalista, que se evidencia nas particularidades nacionais.
3. A lei que rege a dialética entre o avanço e o atraso, entre as formas de produção capitalistas plenas e as formas pré-

capitalistas é a do desenvolvimento desigual e combinado, revelada pelo marxismo. Está na base da conformação mundial do capitalismo e se refrata nas bases das economias nacionais. No Brasil continental, torna-se necessário conhecer suas manifestações regionais por razões programáticas.

4. A burguesia, por meio de seus governos, partidos e economistas, refere-se aos desequilíbrios regionais. Na realidade, refere-se ao desenvolvimento desigual e combinado, que conforma a estrutura econômica e social do País. A tese dos desequilíbrios regionais serviu ao nacionalismo burguês, que se apoia na suposta possibilidade de reduzir gradualmente as distâncias e concluir com sua eliminação.
5. O atraso do Nordeste compõe a unidade nacional em que se entrelaçam formas de produção herdadas da formação colonial com as de capitalismo industrial. Os tais dos “desequilíbrios” regionais não são senão reflexos do desenvolvimento desigual e combinado. O que quer dizer que não serão resolvidos nos marcos do capitalismo.
6. As particularidades das diversas regiões que se manifestam no seio da unidade nacional não podem ser consideradas à margem do desenvolvimento

geral da economia capitalista. Os contrastes entre formas de produção avançadas do Sudeste e as atrasadas do Nordeste não serão resolvidos, portanto, por meio de políticas econômicas. Inúmeras tentativas foram realizadas nesse sentido. Trata-se de uma contradição que está na base do capitalismo atrasado e do Estado semicolonial.

7. A conservação de heranças pré-capitalistas na estrutura geral da economia capitalista constitui um obstáculo para o livre desenvolvimento das forças produtivas. A estrutura latifundiária altamente concentrada entrelaçada com milhões de pequenas propriedades que servem à produção de subsistência há muito foi reconhecida como uma trava para o desenvolvimento nacional das forças produtivas e em particular para a região. A burguesia, no entanto, não solucionou a tarefa democrática de liquidar com a estrutura latifundiária herdada do passado colonial e de incorporar os camponeses nas formas industriais de produção.
8. O desenvolvimento industrial do Sudeste-Sul não se converteu em força motriz para o conjunto do Brasil. O Nordeste, em especial, não se nutriu do impulso à industrialização iniciado na década de 1930. A concentração industrial no Sudeste-Sul e a pouca industrialização do restante do País



correspondem à estrutura geral da economia atrasada em referência às potências.

9. O próprio Nordeste reflete a heterogeneidade do desenvolvimento do capitalismo nacional. Determinados estados incorporaram formas de produção avançadas mais que outros. A indústria e agroindústria em estados como Bahia, Ceará e Pernambuco são incipientes, mas o suficiente para se diferenciar dos demais estados e indicar a presença do desenvolvimento desigual e combinado no âmbito da região nordestina.
10. Não faltam prognósticos sobre a necessidade de modernizar a economia no Nordeste por meio da industrialização. A burguesia não teve como concretizar essa reconhecida necessidade. A instalação de indústrias se concentra em alguns estados e se dá pela expansão monopolista do capital, que tem por base a penetração do capital imperialista na economia nacional.
11. As inúmeras ações da União e dos próprios governos estaduais em impulsionar as forças produtivas industriais tiveram pequeno alcance e serviram em grande medida aos interesses do capital monopolista. Os empreendimentos de criar uma indústria local como expressão do capital nacional fracassaram ou não tiveram alcance estrutural.
12. O velho problema climático permanece como um tormento para o Nordeste e em especial para as massas camponesas e sertanejas. As diretrizes específicas para a sua solução chegaram apenas a medidas voltadas a amenizar os efeitos devastadores da seca. O fato é que a burguesia há muito se mostrou impotente para resolver o problema da seca e do flagelo dos camponeses. Suas medidas anti-seca servem aos interesses da oligarquia latifundiária, que controla as fontes hídricas. A burguesia e suas frações oligárquicas nordestinas não puderam e não podem considerar a adversidade climática como parte estrutural da economia nacional, do capitalismo atrasado.

Sobre a base das premissas acima, a Conferência Regional do POR conclui:

1. A superação do atraso econômico e social da região se virá com a revolução proletária, da qual fará parte a revolução

agrária;

2. A revolução expropriará a burguesia nacional e internacional e transformará os meios privados de produção em meios coletivos;
3. O proletariado como a classe revolucionária que destruirá o poder econômico e político da burguesia terá de convencer o campesinato de que seu futuro no capitalismo será pior que o presente;
4. A aliança entre a classe operária e o campesinato é decisiva para conquistar o poder do Estado, e implantar o governo operário-camponês (ditadura do proletariado) e realizar as transformações imediatas e impulsionar as estratégicas no processo de transição para o socialismo;
5. A classe operária no Nordeste expressará a luta nacional da classe operária concentrada no Sudeste e Sul. Sua organização é fundamental para se estabelecer a unidade operário-camponesa;
6. É necessário impulsionar as reivindicações mais elementares dos camponeses, muitas delas oriundas da seca;
7. As camadas oprimidas da classe média urbana auxiliarão o processo revolucionário. Deverão ser chamadas a assumir o programa de transformações revolucionárias;
8. As particularidades econômicas e sociais do Nordeste devem ser explicadas e respondidas como parte do programa proletário;
9. A expropriação e nacionalização dos latifúndios é um problema nacional, mas é preciso no trabalho de propaganda e agitação demonstrar as suas particularidades no Nordeste. A bandeira de expropriação sem indenização e controle operário da produção se combina com a tarefa de expropriação e nacionalização dos latifúndios.
10. A penetração da agroindústria e o fortalecimento do proletariado agrícola devem ser motivo de atenção do POR. Para se constituir a aliança operário-camponesa, o proletariado agrícola terá uma importância decisiva.
11. A luta para organizar a juventude oprimida implica expor e explicar as particularidades do desenvolvimento econômico e social do capitalismo no Nordeste;
12. As teses sobre a região do Nordeste são aplicação do Programa do Partido Operário Revolucionário.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Viva a Revolução Russa de 1917!



A Revolução Russa, as teses de "A Revolução Traída" e o prognóstico histórico de Trotsky

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Viva a Revolução Russa de 1917!



A Revolução Russa, as teses de "A Revolução Traída" e o prognóstico histórico de Trotsky

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

O Novo Curso



com o Prólogo da edição grega (1933) **León Trotsky (1923)**

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Nesta edição:

- Declaração do Cerqui diante do ataque terrorista contra a revista Charlie Hebdo
- Resposta à campanha do imperialismo contra o terrorismo
- Todo apoio às manifestações no Oriente Médio, África e Ásia contra a França imperialista

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Cerqui diante do ataque terrorista contra a revista Charlie Hebdo

Na quarta-feira, 7 de janeiro, dois homens armados adentraram às dependências da revista francesa Charlie Hebdo e fuzilaram 10 jornalistas e cartunistas. A operação se caracterizou por um ataque terrorista. O objetivo foi o de suprimir os jornalistas considerados inimigos do islamismo e profanadores do profeta Maomé. A polícia francesa identificou como responsáveis pelo atentado os irmãos Said e Shérif Kouashi, apontados como possíveis membros da Al-Qaeda na península Arábica.

O fato do atentado ocorrer na França e atingir conhecidos cartunistas teve uma imediata repercussão mundial. O conteúdo da campanha divulgada pelos meios de comunicação é de que se trata de um ato de barbárie contra a civilização.

O presidente dos Estados Unidos deu o tom da campanha qualificando o ocorrido de “horrendo e covarde”. A presidente Dilma Rousseff seguiu a mesma toada. Um rol de intelectuais, jornalistas, cartunistas e analistas desfilam sobre a bandeira da liberdade de imprensa. Na França, o presidente François Hollande se uniu a Nicolás Sarkozy em defesa da “república” e da “unidade nacional”. A direita, representada pela Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen, reivindica o direito de estar presente no movimento de defesa da França contra o terrorismo. A população é convocada a sair às ruas e ostentar a bandeira “Je suis Charlie”. Enfim, o terrorismo é contraposto à civilização, como se este não fosse gestado em seu ventre.

A caça aos irmãos Kouashi mobilizou toda a força de repressão. Paris se encontra sitiada. Os dois militantes jihadistas foram cercados. Não aceitaram se entregar e morreram em combate com as forças militares francesas. Tudo indica que seria melhor para o governo francês tê-los vivos em suas mãos. É do interesse do imperialismo explorar o máximo os efeitos ideológicos e emocionais de sua guerra contra o movimento nacionalista islâmico, que se utiliza do método terrorista de combate.

As potências sabem perfeitamente que as organizações jihadistas não podem encarnar um movimento revolucionário que coloque em risco as bases econômicas e políticas do capitalismo. Mas têm de esmagá-las uma vez que estas assumem posições nacionalistas defendidas com armas, o que inclui o terrorismo.

A revista francesa não significa absolutamente nada nessa guerra, que se desenvolve no Oriente Médio, em países asiáticos e africanos. Sua tiragem semanal não passava de 60 mil exemplares. As caricaturas atingiam indistintamente figuras de destaque do mundo social e político. Não era um jornal dedicado exclusivamente a escrachar Maomé, Sharia e os jihadistas. Por que, então, os irmãos Kouashi planejaram o assassinato de toda a cúpula do Charlie?

Segundo a campanha da imprensa mundial, a explicação se encontra no caráter bárbaro do terrorismo de organizações que se cobrem com o Islã. Essa é uma explicação que serve ao imperialismo, que exerce uma vasta opressão em todo o mundo e, em particular nos países em que se manifestam os movimentos mulçumanos.

Certamente, o fanatismo religioso está presente no ataque à Charlie Hebdo. Não por acaso, a imprensa destacou uma frase que possivelmente foi arrancada dos pulmões de um dos terroristas: “Vingamos Maomé”. O semanário já havia sofrido um atentado e as ameaças aos jornalistas eram constantes. No entanto, o fanatismo por si só não explica tamanho ódio aos caricaturistas. Ocorre que apesar da pouca penetração na população, o Charlie Hebdo expressava a França imperialista diante dos movimentos jihadistas. Suas caricaturas, querendo ou não seus criadores, faziam parte da ideologia colonial e imperialista da França. Somente a ausência de uma análise política de classe iguala uma charge de Maomé com a do Papa. O Vaticano e o Papa estão politicamente de mãos dadas com a França. Sua caricatura não tem transcendência. Mas a caricatura de Maomé é um ataque ideológico ao movimento jihadista. Aí está sua transcendência. Basta que se compreenda essa dimensão para se entender porque uma pequena revista foi alvo de tamanho ódio.

O POR como corrente marxista sempre rejeitou o método terrorista, que trava os combates à margem do proletariado e das massas oprimidas. Tem claro o caráter obscurantista de movimentos que se apoiam na religião. No entanto, jamais se colocou ou se colocará ao lado do imperialismo para esmagá-los. O atentado contra a revista Charlie Hebdo não trará nenhum progresso para a rebelião das nações oprimidas contra as nações opressoras. Não se trata, porém, de condenar o atentado

em apoio à campanha do imperialismo.

Os explorados devem identificar o imperialismo francês como responsável pelo surgimento dos movimentos nacionalistas islâmicos que se lançam pela via do terrorismo, uma vez que se encontram diante de um opressor poderosamente armado e disposto à matança e genocídio para preservar seus interesses econômicos e o seu domínio. Não é por acaso que a discriminação na França – e no interior de todas as potências – aos imigrantes e, particularmente aos árabes, é violenta.

É falso estabelecer uma oposição entre barbárie e civilização. É o que acaba de ser feito no atentado sangrento à Charlie. Esse mesmo critério tem sido aplicado na guerra dos Estados Unidos contra o Estado Islâmico e outros movimentos jihadistas. A barbárie moderna se origina no seio do capitalismo em sua fase de desenvolvimento mais avançado. As duas guerras mundiais foram seus marcos. As intervenções militares em várias partes do mundo pelas potências são a continuidade dos métodos bárbaros de dominação. O terrorismo das organizações islâmicas advém da gigantesca opressão sofrida por povos e nações semicoloniais. Países colonialistas como a

França germinam em seu próprio seio resistências dessa natureza. Quanto mais as potências usarem de seu poder para esmagar os movimentos nacionais no Oriente Médio, Ásia e África, mais se ressentirão em sua própria entranha de trágicos acontecimentos como o do Charlie Hebdo.

A principal conclusão é a de que a classe operária deve tomar em suas mãos a luta contra a opressão imperialista. Somente assim o terrorismo perderá seu lugar de resistência. O avanço da barbárie se deve, em grande medida, aos retrocessos sofridos pelo proletariado mundial. Somente o programa da revolução socialista abre caminho para acabar com a opressão sobre os povos, a miséria e o atraso das massas. A classe operária francesa tem diante de si a tarefa de desmascarar a burguesia, que posa de democrática, civilizada e pacífica. Com essa luta, tornará o terrorismo inócuo.

Operários, camponeses e juventude, é preciso rechaçar a campanha imperialista contra o terrorismo.

A barbárie é produto do capitalismo em decomposição.

Construamos o partido revolucionário para acabar com todo tido de opressão.

Viva o socialismo!

Resposta à campanha do imperialismo contra o terrorismo

O fuzilamento de 10 jornalistas da revista Charlie Hebdo e o subsequente fuzilamento dos dois terroristas pelas forças francesas não passam de mais um episódio do confronto entre jihadistas islâmicos e as potências. O atentado de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, se destacou como o ponto alto das ações da Al-Qaeda. Talvez os jihadistas não mais consigam um feito tão contundente. O atentado contra o Charlie Hebdo empalidece diante da derrubada das Torres Gêmeas.

O ataque terrorista à maior potência mundial serviu de motivo para George W. Bush intervir militarmente no Afeganistão e dar um novo passo na guerra contra o governo nacionalista de Saddam Hussein – o primeiro foi dado pelo seu pai George H. Bush na guerra do Golfo Pérsico. O intervencionismo militar das potências demonstra a impossibilidade da burguesia imperialista manter seu domínio a não ser pela violência contrarrevolucionária. Essa premissa há muito foi comprovada. O que se tem é sua particular manifestação nos países semicoloniais em que predomina o islamismo.

O recrudescimento do confronto entre o imperialismo e a jihad islâmica antecede ao atentado de 11 de setembro. Esse assombroso acontecimento abriu um novo capítulo na guerra dos Estados Unidos contra o terrorismo. As invasões do Afeganistão e do Iraque expuseram a estratégia intervencionista do imperialismo em nações oprimidas, cujos governos não se sujeitavam e procuravam exercer a soberania nacional.

A intenção do governo Bush era a de ir mais além, expandindo a guerra intervencionista para o Irã. Mas a firme resistência das forças nacionalistas tanto no Iraque quanto no Afeganistão alteraram a disposição da Casa Branca de avançar o intervencionismo. Nem o regime de Saddam, nem a dos Talibãs eram dirigidos pela Al-Qaeda. O governo nacionalista dos

Talibãs tão somente abrigava o movimento terrorista de Bin Laden por estar contra os Estados Unidos. O que também ocorria com parte das forças islâmicas nacionalistas do Paquistão. Bin Laden foi assassinado pelas forças norte-americanas em território paquistanês, numa clara violação de sua soberania.

Não se trata aqui de detalhar os inúmeros embates das potências em vários países do Oriente Médio e da África contra o movimento jihadista islâmico e os massacres. Estão à vista para quem quer ver. Importa a guerra civil na Síria. Os jihadistas sunitas tomaram à frente dos combates. Inicialmente, foram alimentados pelas potências e pelos governos árabes que servem ao imperialismo (Arábia Saudita, etc.). Isso até o momento em que se destacou o movimento Estado Islâmico – pelo que se informa, trata-se de uma cisão da Al-Qaeda. A jihad muçulmana estabeleceu a ligação entre a Síria e o Iraque. Tende a se fortalecer e a se espalhar, agravando a particular luta entre sunitas e xiitas e por cima dela a intervenção geral do imperialismo.

No fundo da “guerra islâmica” contra o governo títere dos Estados Unidos no Iraque ou adaptado ao imperialismo como o de Assad na Síria, estão o petróleo, a pobreza das massas, o entreguismo e, portanto, a opressão nacional. As jihads expressam o nacionalismo árabe à sua maneira. Nacionalismo que havia morrido com os governos da feudal burguesia árabe dos anos 50 e 60. Sem dúvida, a sua deformação é tão grande que quase se torna irreconhecível.

Os postulados religiosos da jihad – reacionários e obscurantistas – acobertam as bases materiais do movimento anti-imperialista e do nacionalismo, que se apoia nas massas. Mas o movimento islâmico radical, com suas vertentes, seria incompreensível sem que se revelem as relações econômicas, sociais e históricas em que se assenta. As explicações que o reduzem

ao fanatismo islâmico, à guerra de valores contra o Ocidente e outros equivalentes servem ao imperialismo.

Sem dúvida, os fundamentos de seita religiosa e as suas consequências sociais (patriarcalismo, medievalismo, etc.) estão presentes e são poderosos. Mas não se projetariam em um grande embate contra as potências se não tivessem raízes profundas nas relações de produção, de distribuição e de detenção das riquezas. Surpreende aos observadores externos a imersão do Estado Islâmico como um exército que foge ao controle dos governos árabes, que passa por cima das fronteiras traçadas pelo imperialismo nas duas guerras mundiais, controla parte da produção de petróleo na região e ameaça os interesses das potências no Oriente Médio.

A coalizão organizada pelos Estados Unidos para esmagar a jihad do Estado Islâmico, no fundamental, não se difere da criada para ocupar o Afeganistão, destituir o governo do Talibã, estabelecer ali um poder da fração pró-imperialista. No caso do Iraque, os Estados Unidos desconhecera a ONU e se contentaram com o apoio da Inglaterra. O que difere a aliança de combate ao Estado Islâmico é que se configurou como a “santa aliança”. Tão ampla que congrega todas as potências e países árabes do Oriente Médio.

A guerra na Síria e no Iraque está longe de ser resolvida pela superioridade militar do imperialismo. O que potencia as ações terroristas dos jihadistas. Não se pode obscurecer que o terrorismo é um método de combate militar. É carregado de dramaticidade porque as forças muito superiores do imperialismo minimizam as suas próprias carnificinas. Por variados caminhos, entorpecem a compreensão das massas de que a eclosão de movimentos que se lançam ao terrorismo é produto das condições de opressão imperialista das nações atrasadas, semicoloniais e saqueadas. A vigência do terrorismo se explica pela ausência de um movimento revolucionário anti-imperialista e anticapitalista encarnado pelo proletariado e dirigido pelo partido marxista-leninista-trotskista.

O ataque ao Charlie Hebdo, isolado do processo histórico, pode ser explorado sem limites pelo governo francês, com apoio das potências e com o concurso das burguesias semicoloniais. A campanha do antiterrorismo desde que Bush estabeleceu a sua doutrina foi posta nos seguintes termos: quem não condenar os atos terroristas são adeptos, aliados, apologistas ou coniventes com o terrorismo. O fato do alvo dos jihadistas ter sido os cartunistas de uma revista dedicada ao humor e ao escracho facilitou a condenação pelas esquerdas, nas suas mais variadas tendências, ao ataque terrorista. A condenação, portanto, percorreu da direita fascista à esquerda, que se reivindicava da luta anti-imperialista e anticapitalista. Evidentemente, cada qual com suas distintas explicações.

O terrorismo é um método antigo que surgiu do choque entre forças desiguais. Os ingleses que o digam em sua Guerra do Ópio na China. O atual fenômeno não difere quanto ao método usado pelas forças mais débeis. Há pouco tempo, a Al Fatah e o Hamas dele se valeram contra os sionistas. Diante do acontecido em Paris, o Hamas condenou o atentado jihadista, ao lado dos sionistas que usam e abusam do terrorismo de Estado (o terrorismo não é monopólio das forças mais fracas e oprimidas). A operação norte-americana de assassinato de Bin Laden foi terrorista – um ato de terror de Estado. O estado sio-



nista usou terrorismo de Estado contra os palestinos em 2014. O imperialismo usa o terrorismo de Estado como auxiliar aos métodos militares da guerra regular. A França o aplicou largamente na guerra de independência da Argélia. A violência em si, seja pela via do terror ou não, nada expressa. É preciso aproximar-se ao máximo de suas raízes sociais e históricas e identificar o seu conteúdo particular.

O nacionalismo islâmico não tem como derrotar o imperialismo e libertar as nações e povos oprimidos. Na ausência de um movimento anti-imperialista e anticapitalista encabeçado pelo proletariado e protagonizado pela maioria oprimida, o imperialismo se impõe e potencia a barbárie. O terrorismo islâmico é parte desse fenômeno que advém do capitalismo em decomposição, do bloqueio ao desenvolvimento social das nações que carregam o pesado fardo do pré-capitalismo e suportam o saque imperialista de suas riquezas naturais.

O terrorismo, no entanto, é incapaz diante da máquina de guerra das potências. Seus atentados são aproveitados pelos governos para obscurecer a consciência revolucionária do proletariado e empurrar a classe média para a direita. A convocação de François Hollande para apoiá-lo na guerra imperialista contra os jihadistas arrastou milhões de franceses, que supostamente estariam em defesa da república, da democracia, da liberdade de expressão, da civilização e da paz. A campanha mundial pela condenação do atentado ganhou proporções comparáveis às do 11 de setembro. Hollande pôde tranquilamente anunciar seu plano de reforçar a presença das tropas francesas no combate ao Estado Islâmico.

O terrorismo deve ser combatido com a política proletária e no campo da revolução social. Está aí por que condenar o atentado quando este expressa o choque entre os jihadistas islâmicos e o imperialismo, quem o faz, mesmo que em nome da luta anti-imperialista e socialista, inevitavelmente, se coloca no campo da burguesia. É necessário não apenas rechaçar a condenação do imperialismo ao ato terrorista quanto condená-lo por assassinar os jihadistas. O espetáculo montado em torno da caça aos irmãos Said e Shérif e da operação final de fuzilamento deve ser rechaçado pelos explorados. A mobilização espetacular de toda força de repressão do Estado francês para cercar e fuzilar dois terroristas retratou a barbárie da civilização imperialista.

Esquerda capitula diante da pressão do imperialismo e da opinião pública da classe média

Em resposta imediata ao atentado, no dia 7, a CGT e partidos de esquerda fizeram uma manifestação na Praça da República, em Paris, para condenar o ato terrorista. Não diferiu em essência da gigantesca manifestação promovida por Hollande no dia 11 sob a bandeira de unidade contra o terrorismo. Em seu comunicado, o representante francês da CCR NPA (Courant Communiste Révolutionnaire du NPA), ligada ao PTS argentino, estampa: “Nossa condenação ao atentado em Paris”. Diz: “Com dor e assombro tomamos conhecimento do atentado ocorrido esta manhã contra a redação do Charlie Hebdo, reconhecido semanário humorístico progressista.” Emite suas condolências aos familiares e amigos dos jornalistas. Depois vem a ressalva: “Ao mesmo tempo em que repudiamos o selvagem atentado e nos solidarizamos com as vítimas, nos declaramos contra toda ‘união sagrada’, contra o Vigipirate (sistema de alerta antiterrorista que é utilizado de forma racista) e contra a islamofobia (...).”

O Partido Operário Independente (POI), ao qual é vinculado “O Trabalho, corrente interna ao PT, refere-se a uma “angústia perante o ignóbil atentado que atingiu o semanário Charlie Hebdo”. Recorre à “liberdade de imprensa”, que para os revisionistas do trotskismo é o “ pilar das liberdades e da democracia”. Faz apologia “à luta pela democracia e pela paz”. Eis o mais importante de sua nota: “Desde o anúncio dos primeiros atentados, o Partido Operário Independente (POI) deu a conhecer a sua mais firme condenação”.

Na Argentina, Jorge Altamira, dirigente do Partido Obrero (PO), expressa sua condenação manifestando “total solidariedade com as vítimas do massacre de Paris”. Também faz a ressalva: (...) “nenhuma solidariedade com os governos e os Estados massacradores da França e da Otan.” Levanta a bandeira de “defesa da liberdade de expressão e opinião (...)”.

O PTS, em sua nota, ostenta: “Do obscurantismo à reação”. Afirma: “Ninguém pode escapar à condenação destes ataques (...)” Faz uma série de considerações contrárias à “unidade nacional”, comenta artigos de vários jornais em tom de rechaço e, finalmente, vai ao essencial: (...) partimos do repúdio ao brutal atentado sofrido pelos editores de Charlie Hebdo (...)”.

A Liga Internacional dos Trabalhadores, LIT-QI, à qual o PSTU é vinculado, finaliza seu comunicado com uma exortação: “Chamamos todas as organizações dos trabalhadores e de esquerda a repudiar esse atentado”. Explica que os atentados terroristas servem ao imperialismo. Apregoa a liberdade de imprensa e de crítica contra aqueles que “defendem um autoritarismo com métodos fascistas”.

O PCB diz que o ocorrido “é um cruel atentado contra a liberdade de expressão, uma bárbara agressão contra a democracia”. Acrescenta que o ato terrorista contraria “totalmente os ensinamentos” do islamismo. Conclui com um chamado: “É hora de todos levantarmos nossas vozes, condenarmos veementemente essa barbárie e dizermos um sonoro NÃO ao fascismo”.

O PCdoB emitiu um repúdio ao atentado, desfraldando a bandeira da paz e da liberdade de imprensa.

O representante do PSOL, Gilberto Maringoni, procura mostrar que o “terrível e injustificável atentado contra a re-

dação do Charlie Hebdo não pode ser visto como a ação de mulçumanos alucinados (...)” Mostra que os imigrantes árabes sofrem duras discriminações raciais, que incluem a religião islâmica. Feitas tais considerações, conclui: “Mesmo assim, o atentado deve ser condenado sem mediações.”

Nota-se que as esquerdas (revisionistas do trotskismo, estalinistas, reformistas, socialdemocratas) se meteram na mesma vala comum da condenação, da consternação e da liberdade de expressão. Pode-se alargar essa vala comum com a de Hollande, quanto à condenação, à consternação e à liberdade de expressão.

Parte da esquerda rejeita a união contra o terrorismo, procura distinguir sua condenação da condenação do imperialismo, mas se colocam sob a mesma bandeira de liberdade de expressão e da consternação. Desvinculam e isolam o atentado ao Charlie Hebdo do conflito geral das nações oprimidas árabes com o imperialismo e das suas ações sangrentas. Basta lembrar as 500 crianças palestinas mortas pelos bombardeios sionista-imperialistas à Faixa de Gaza para se ter a dimensão real do choque entre as nações oprimidas e as opressoras. Isolam o ódio religioso, descarregado contra os escrachadores do islamismo, do domínio das potências ocidentais que se assentam no cristianismo. E não têm como fugir ao conteúdo burguês da liberdade de expressão propagandeada pelo imperialismo.

A esquerda capituladora sequer se esforça por entender que a campanha de escracho do semanário ao islamismo esteve em confluência com os ataques do imperialismo aos “bárbaros” que ameaçam a civilização, a democracia e as liberdades. A imprensa é um órgão de difusão ideológica. É uma infantilidade considerar a revista Charlie Hebdo como distinta da imprensa burguesa porque faz charges de “deus e o mundo”. O escracho da religião como um todo – em especial ao Papa – não modifica o fato dos chargistas estarem metidos no choque entre os jihadistas e o imperialismo.

Toda religião é obscurantista pelos seus preceitos anticientíficos. São instrumentos de conservação do capitalismo. Essa função ideológica vale tanto para o cristianismo como para o islamismo, budismo, etc. No entanto, é necessário distinguir a religião que serve ao imperialismo e a que se manifesta como expressão dos povos oprimidos.

O capitalismo não se assenta apenas na opressão de classe. A partir dessa exerce a opressão nacional. As religiões, por mais que sirvam ao capitalismo, portanto à exploração do trabalho, não são indistintas diante da opressão nacional. Não é por razões religiosas que a fração jihadista do islamismo se distingue da fração oficial. Não é devido a interpretações distintas do Islã que se dividem em jihadistas e oficialistas, entre o uso da violência e o do pacifismo. Essa é uma explicação dos laiaos do imperialismo que têm livre acesso à imprensa burguesa, que é livre para mentir e falsificar. A divisão se deve às lutas internas entre frações da feudal burguesia pró-imperialistas e nacionalistas, e entre os nacionalistas e as potências opressoras, que têm o cristianismo como manto religioso do pacifismo.

O Vaticano cobre com a oratória do papa a chacina de crianças palestinas pelo Estado sionista de Israel. Protege com suas orações as brutais ações da França no Mali, etc.

Não passa de uma caricatura a imagem de que os jihadistas são um bando de fanáticos que praticam a barbárie em nome

de um Islã, que prega a paz entre os povos. Expressam, na verdade, profundas contradições do capitalismo da época imperialista, de um lado. E, de outro, a crise de direção revolucionária aberta pela degeneração estalinista do partido bolchevique, que culminou com a destruição da III Internacional.

Se não se tomam essas considerações de ordem histórica, não se pode estabelecer uma política justa diante do terrorismo islâmico. O imperialismo constitui a época de desintegração do capitalismo, portanto, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Mostra-se completamente válida a caracterização geral do marxismo-leninismo-trotskismo de que ou a revolução social avança ou a barbárie se impõe como via de manutenção do capitalismo.

A crise de direção impossibilita a via da revolução social, embora as massas se batam frontalmente contra a burguesia. O mundo está diante das mais diversas manifestações da barbárie, que tendem a se potenciar caso o proletariado e sua vanguarda não deem passos para superar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários e projetando o inter-

nacionalismo por meio da reconstrução da IV Internacional.

É assombroso observar que revisionistas do trotskismo, estalinistas e socialdemocratas se coloquem na mesma trincheira do imperialismo condenando o ataque terrorista, defendendo a liberdade de imprensa, a democracia e assistindo sem nenhum pronunciamento contrário à operação antiterrorista do governo francês que culminou com o fuzilamento dos irmãos Kouachi e de Amedy Coulibaly.

Não temos dúvidas de que o terrorismo se nutre da barbárie imperialista e de que somente o proletariado em sua luta revolucionária poderá derrotá-lo e superá-lo. Não condenar o atentado não implica apoiar os métodos e os objetivos da jihad. Implica identificar plenamente o imperialismo como o responsável pelas mortes dos jornalistas e policiais. Implica colocar-se do lado das nações oprimidas contra as nações opressoras. Implica rechaçar a santa aliança da unidade imperialista contra a jihad. Implica lutar no seio das massas para que encarnem a revolução socialista mundial. Implica combater todas as formas da barbárie com o Programa de Transição da IV Internacional.

Todo apoio às manifestações no Oriente Médio, África e Ásia contra a França imperialista

Em seguida à manifestação convocada por François Hollande, no dia 11 de janeiro, decidiu-se continuar a campanha de condenação do atentado terrorista, publicando 7 milhões de exemplares da revista Charlie Hebdo, que mal chegava a uma tiragem de 60 mil. A campanha previu a edição em várias línguas e países. Na França, criou-se uma corrida para se obter um exemplar.

No mundo todo, a imprensa burguesa deu grande destaque à edição, que, segundo os porta-vozes do imperialismo, representava a defesa do “direito de expressão”. Charlie Hebdo estaria, portanto, contribuindo com a campanha das potências de combate ao terrorismo dos jihadistas. A capa da revista ostentou a caricatura de Maomé, portando um cartaz “Je suis Charlie” com a frase: “Tudo está perdoado”. Nos olhos do profeta, uma lágrima.

A decisão de editar um número com gigantesca tiragem pareceu aos olhos das vastas camadas médias do ocidente como uma bandeira hasteada bem alta em defesa da liberdade de expressão. A reafirmação da caricatura de Maomé significou não apenas que a França não se curvaria diante do terrorismo, como também que se dispunha a fortalecer as medidas de combate a jihad nacionalista. A liberdade de expressão se mostrou como a liberdade do imperialismo de provocar os muçulmanos. A revista Charlie Hebdo, assim, passou a servir diretamente ao Estado francês em sua guerra contra os jihadistas, guerra essa que une todas as potências.

François Hollande, provavelmente, não esperava que houvesse uma reação tão grande em vários países do Oriente Médio, Ásia e África. Uma onda de manifestações massivas se levantou contra a prepotência francesa. A revolta entre os muçulmanos foi tão grande que obrigou os governos e a fração oficial do islamismo a condenar o acinte. O rei Abdullah

II, da Jordânia, não teve como partilhar da campanha “Je suis Charlie”, embora tenha condenado a ação dos irmãos Kouachi e atendido ao chamado de Hollande para comparecer na marcha de 11 de janeiro. Mesmo que hipocritamente tivesse de rechaçar a nova caricatura do Maomé. O oficialista mufti Mohammad Hussein, de Jerusalém, considerou um “insulto” aos muçulmanos, embora também tenha condenado o terrorismo. A União Mundial dos Ulemás, também adversária dos jihadistas, chamou uma manifestação pacífica no Catar. O governo iraniano rechaçou a edição da Charlie Hebdo. Enfim, governos e autoridades religiosas muçulmanas não tiveram como partilhar da campanha imperialista pela “liberdade de expressão” com a estampa de Maomé, reivindicando a revista Charlie Hebdo (“Je suis Charlie”). Governos e autoridades muçulmanas, direta ou indiretamente, se colocaram pela condenação do ato terrorista e em apoio ao governo francês. Mas não puderam se enfileirar por detrás dos 7 milhões da Charlie Hebdo, uma vez que sentiram que as massas em seus respectivos países se manifestariam contra a provocação francesa.

O importante, como se vê, foi o rechaço da população muçumana, que não fez nenhum gesto de apoio à condenação do atentado terrorista à Charlie Hebdo. A revolta chegou ao extremo de se incendiar o Centro Cultural Franco-Nigeriano (CCFN) e destruir algumas igrejas (católicas e evangélicas), em Zinder, no Níger. Foi um ataque ao imperialismo francês e a seus prepostos nigerianos, que se utilizam do CCFN para mascarar o colonialismo. E às igrejas identificadas como força auxiliar do imperialismo.

No Senegal e Mauritânia, as bandeiras da França foram queimadas em praça pública. Na Argélia, país em que nasceram os irmãos Kouachi, o protesto terminou em confronto com a polícia. Os cartazes levantavam a bandeira “Eu sou Kou-

achi”.

O governo do Paquistão teve de proteger o consulado da França, em Karachi, contra os manifestantes. Em Peshwar, uma manifestação fez homenagem a Shérif e Said Kouachi. A polícia paquistanesa interveio violentamente para defender os interesses da França.

Na Jordânia, a Frente de Ação Islâmica, dirigida pela Irmandade Mulçumana, convocou uma massiva manifestação, que se dirigiu a embaixada francesa em Amã e foi barrada pela ação policial. Em Jerusalém Oriental, na Esplanada das Mesquitas, os mulçumanos fizeram ouvir seus protestos: “Franceses, bando de covardes”.

Na Chechênia, estimaram-se 800 mil manifestantes, um inequívoco sinal de condenação à campanha imperialista.

François Hollande exortou os países em que se queimaram as bandeiras da França a punirem os manifestantes. Exaltou a “liberdade de expressão”: *“Penso, em particular, que esses países às vezes não podem compreender o que é a liberdade de expressão, porque foram privados dela. Esses países também são apoiados por nós na luta contra o terrorismo, e quero expressar a eles minha solidariedade, mas ao mesmo tempo a França tem princípios e valores, e especialmente a liberdade de expressão”*.

Evidentemente, a “liberdade de expressão” dos oprimidos e dos opressores não é a mesma. Cabe à classe operária francesa responder com sua política ao imperialismo, de forma a responsabilizar a burguesia francesa pelo ataque terrorista. As organizações sindicais, no entanto, apoiaram a campanha de Hollande. Praticamente, toda esquerda francesa, inclusive as revisionistas do trotskismo, se submeteram às pressões da “santa aliança”. Nos grandes momentos é que se verifica a necessidade do proletariado se libertar da política burguesa. É preciso se constituir como classe independente por meio de um partido revolucionário.

Apoiamos as manifestações das massas oprimidas que não aceitaram a condenação do ato terrorismo contra a revista Charlie Hebdo. Trata-se de manifestações anti-imperialistas, ainda que acobertadas e deformadas pela religião. A onda de protestos se opôs à campanha do imperialismo contra os jihadistas islâmicos. Ergueu-se como uma muralha à “santa aliança” ocidental imperialista, que se fez presente na marcha de Hollande de 11 de janeiro. Absolutamente, não se pode dizer que a maioria apoia o método terrorista praticado pelos jihadistas. Mas é certo que as manifestações refletem uma oposição ao imperialismo sobre a base de experiências passadas (colonialismo) e presentes (imperialismo). Sentem que a resistência do nacionalismo islâmico na forma militar do terrorismo é consequência da opressão imperialista.

Insistimos que a religião serve de cobertura ideológica para o choque entre as nações oprimidas e as opressoras. A maioria

explorada, entre ela o proletariado, manifesta sua revolta por meio das frações nacionalistas radicais do Islã. Ou seja, daquelas que se diferenciam das frações governistas, oficialistas e pró-imperialistas. É inevitável que os explorados mulçumanos tenham de passar pela experiência do movimento jihadista, uma vez que não têm uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista.

O imperialismo e seus mais variados porta-vozes nos próprios países mulçumanos pretendem que os explorados condenem o terrorismo por princípio, em nome da paz. Identificam a violência terrorista com a barbárie. As manifestações, porém, colocam por terra essa prepotência, mesmo quando as massas saem às ruas em nome do Islã pacífico e contra a ofensa ao profeta Maomé.

É preciso ter claro que o método terrorista utilizado pela Al-Qaeda, Estado Islâmico, etc., quando praticado contra um alvo das potências opressoras, expressa o choque entre as nações oprimidas e as nações opressoras. Ocorre que o terroris-



mo desfechado à margem das massas e oposto ao método da luta de classes não só é impotente perante as forças do imperialismo, como se levanta como obstáculo à luta emancipadora do proletariado. Aqueles que neste caso condenam a violência dos terroristas se sujeitam ao imperialismo. Aqueles que condenam o atentado terrorista em nome da civilização servem à violência contrarrevolucionária das potências.

Não há força mais violenta e bárbara que a utilizada pelas potências para garantir o seu domínio sobre nações e povos oprimidos.

O marxismo não condena, não nega, por princípio, a violência e o terrorismo. As massas em luta pela emancipação da nação oprimida e por sua libertação da escravidão capitalista enfrentam a violência contrarrevolucionária da burguesia, inclusive o terrorismo de Estado. Distintamente das organizações terroristas, o partido revolucionário potencia a ação das massas e prepara as condições para seu levante armado como parte da insurreição popular.

Não condenamos o atentado terrorista contra a revista Charlie Hebdo, tendo por base essa posição de princípio programático. Condenamos, por sua vez, a caçada e o assassinato dos irmãos Kouachi. Agora, nos colocamos do lado das massas exploradas que protestaram contra a campanha imperialista de Hollande em nome da “liberdade de expressão”. A resposta dos explorados à “santa aliança” demonstra a necessidade de se constituir a frente única anti-imperialista para expulsar o imperialismo e impor a autodeterminação das nações oprimidas. A derrota do imperialismo por meio da ação das massas será um passo para extinguir o terrorismo.

**Viva a luta anti-imperialista e anticapitalista!
Construamos o Partido da Revolução Proletária!
Viva o socialismo!**